



santa maria da feira assembleia municipal

## EDITAL

CARLOS JORGE CAMPOS DE OLIVEIRA, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

TORNO PÚBLICO que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 23 de setembro de 2022, aprovada na sessão ordinária de 30 de novembro de 2022, e vai outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira. -----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 2 de dezembro de 2022. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

(CARLOS JORGE CAMPOS DE OLIVEIRA)



**ATA N.º 7** – No dia 23 de setembro de 2022, reuniu, às 20 horas e 50 minutos, no Europarque, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Carlos Jorge Campos de Oliveira, integrando ainda a Mesa a 1.ª Secretária da Mesa, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – **Ata N.º 6 – Sessão Ordinária de 28 de junho de 2022;** -----
- 2 – **Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;**-----
- 3 – **Desagregação da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior;** -----
- 4 – **Criação das freguesias de Guisande, Louredo e Gião por desagregação da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande;**-----
- 5 – **Consulta ao Mercado para a aquisição de 20 imóveis para a habitação no âmbito do Programa 1.º Direito;** -----
- 6 – **Informações prestadas pela Concessionária Indaqua Feira, SA;** ---
- 7 – **Informação prestada pela Suldouro, SA;**-----
- 8 – **Alteração de postura de trânsito – Mosteirô;**-----
- 9 – **Alteração de postura de trânsito – São João de Ver;**-----
- 10 – **Alteração de postura de trânsito – Fiães;**-----
- 11 – **Alteração de postura de trânsito – Sanguedo;**-----
- 12 – **Alteração de postura de trânsito – Santa Maria de Lamas;**-----
- 13 – **Alteração do ponto 1 do artigo 26.º dos estatutos da ENERGAIA;**
- 14 – **4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano;**-----
- 15 – **Fixação da Derrama para o ano de 2023 (rendimento gerado em 2022);** -----
- 16 – **Fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI – a cobrar em 2023 - ano de imposto 2022;**-----



- 17 - **Fixação da participação do Município no IRS dos sujeitos passivos, relativa aos rendimentos do ano de 2023;** -----
- 18 - **Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP 2023;**-----
- 19 - **Operações de Reabilitação Urbana do Município de Santa Maria da Feira;**-----
- 20 - **Plano de Promoção de Acessibilidade (PPA) de Santa Maria da Feira;**-----
- 21 - **Proposta de Constituição de Júri para concursos de cargos de dirigentes;**-----
- 22 - **Medidas de resposta à emergência social provocada pela Inflação (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento).**-----

-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Vereadores Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, Sónia Marisa Lopes Azevedo, Vitor Carlos Latourrette Marques, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Mário Jorge de Castro Reis, Pedro Manuel Soares Vieira (em substituição do Vereador Márcio Santos Correia), Sérgio Manuel Murteira Cirino, Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves e Délio Manuel Ferreira Carquejo. -----

Não esteve presente, para além do Vereador Márcio Santos Correia (que se fez substituir), o Vereador António Gil Alves Ferreira. -----

-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes e a quem assistia à sessão via on-line, assim como às intérpretes que iriam fazer a interpretação da sessão em Língua Gestual Portuguesa. -----

Dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade da 2.ª Secretária da Mesa da Assembleia, Eva Lúcia Fernandes da Costa, de participar na sessão, pelo que havia a necessidade de completar a Mesa. -----

Convidou, para esse efeito, o grupo municipal do PS a indicar um membro,

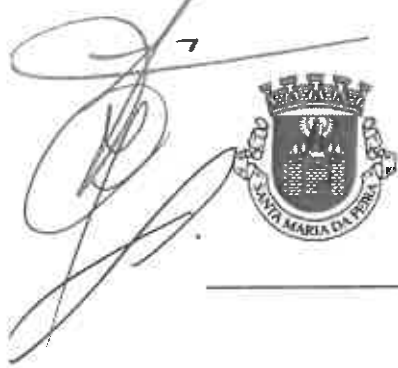
---



tendo sido indicado o membro Marco Aurélio Oliveira de Jesus, o qual integrou a Mesa na qualidade de 2.º Secretário. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia informou da entrada na Mesa de 5 pedidos de delegação de representação para a presente sessão, dos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia: -----

- Argoncilhe: Manuel Pereira dos Santos (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Pedro Alexandre da Silva Martins;-----
  - Lourosa: Armando de Fontes Teixeira (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Miguel Ângelo Costa e Silva;-----
  - Milheirós de Poiares: Manuel António Martins de Melo (IND) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Carmindo Joaquim Leite de Bastos; -----
  - Romariz: Nuno Joel Valente de Sousa Rocha (PSD) – delegou a representação na Tesoureira do Executivo: Sara Elisabete Gomes Portal; ---
  - União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Fernando Adriano Sousa Pinho. -----
- Informou, ainda, que os membros Eva Lúcia Fernandes da Costa (PSD), Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD), Manuel Oliveira de Almeida (PS), Rosa Maria Pinto da Silva (PS) e Tiago de Oliveira Paiva (BE) solicitaram ser substituídos na presente sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir das respetivas listas, do modo a seguir discriminado: -----
- Eva Costa: substituída pelo António Perestrelo de Lima,-----
  - Susana Silva: substituída pela Regina Maria Gonçalves da Silva,-----
  - Manuel Almeida: substituído pela Alexandra Patrícia Alves de Sousa – a qual entrou no decorrer da sessão,-----
  - Rosa Silva: substituída pela Célia Adelina Couto Soares (uma vez que os cidadãos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Lécio Jorge



*Pereira Dias e António dos Santos – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de participarem nesta sessão),-----*

*• Tiago Paiva: substituído pelo Eduardo Gabriel Baptista Couto (uma vez que a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Bianca Santos de Almeida – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de participar nesta sessão).-----*

-----  
Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 45 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

*Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----*

Carlos Jorge Campos de Oliveira; Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; João Luís Almeida Cunha; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Serafim Manuel da Rocha Guimarães; Joana Patrícia Fonseca da Silva; José Moreira de Jesus Castro; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Mário Jorge Soares da Silva Brito; António Perestrelo de Lima; Regina Maria Gonçalves da Silva; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Pedro Alexandre da Silva Martins; Arrifana – Ricardo Leite de Oliveira; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Lourosa – Miguel Ângelo Costa e Silva; Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Rio Meão – Maria da Conceição Fidalgo da Silva; Romariz – Sara Elisabete Gomes Portal; Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Fernando Adriano Sousa Pinho, -----

*Pelo Partido Socialista (PS):-----*

Susana Alexandra Lopes Correia; Domingos Manuel da Silva Florim; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Job Santos Silva; Marco Aurélio Oliveira de



Jesus; Daniel Tavares Gomes; Virgílio da Silva Ribeiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Cláudio Alexander Brandão da Costa; Marco António Gomes Gonçalves; Célia Adelina Couto Soares; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – David António Henriques das Neves; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; ---  
*Pelo Bloco de Esquerda (BE):* Eduardo Gabriel Baptista Couto; -----  
*Pelo Partido Popular (CDS-PP):* Ângelo Manuel Andrade Santos; -----  
*Pelo Chega (CH):* Miguel Branco Santos Alves; -----  
*Pela Coligação Democrática Unitária (CDU):* Carlos Miguel Moreira Cunha; --  
*Independente:* Carmindo Joaquim Leite de Bastos – em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----  
*Entraram no decorrer da sessão:* Carlos Eduardo Soares de Seixas (PSD), Rui Fernando Guedes Ribeiro (PSD), Alexandra Patrícia Alves de Sousa (PS), Carlos Ferreira Martins da Silva (Iniciativa Liberal – IL), António Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro – Presidente da Junta de Freguesia de Fiães (PSD), José Carlos Pinto da Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos (PSD) e José Carlos Baptista Martins – Presidente da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros (PSD). -----  
*Faltaram à sessão, sem se fazerem substituir:* Jorge Manuel Ferreira Ferreira (PSD) e César Jorge Pais Resende – Presidente da Junta de Freguesia de Fornos (PSD). -----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 28 de dezembro de 2021, quanto à dispensa da leitura do documento relativo ao resumo do expediente a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento, que faz a súmula da correspondência recebida e emitida pela Mesa após a última sessão ordinária realizada, o Sr. Presidente da Assembleia informou que esse documento foi enviado, por



---

correio eletrónico, aos Srs. deputados municipais.-----

É do seguinte teor o resumo do expediente recebido e emitido pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão ordinária de 28 de junho de 2022 e a presente sessão: -----

- “Ofício do Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo ata da sessão de 5 de maio de 2022 da Assembleia de Freguesia para ser aditada ao processo de desagregação daquela União de Freguesias; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a remeter a ata da sessão de 5 de maio de 2022 da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, para aditar ao processo de desagregação daquela União de Freguesias; -----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 20 de junho de 2022;-----
- Convite da Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão, ao Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente no porto de honra e na procissão, no âmbito da Festa de São Tiago, que se realizou no dia 24 de julho de 2022; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Ângelo Santos, ao Presidente da Assembleia Municipal, a solicitar ao executivo municipal esclarecimento sobre quais os proprietários que venderam ao Município terrenos na zona envolvente do Castro de Romariz, assim como quais as áreas e os valores envolvidos – o qual foi enviado por e mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;-----



- E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, a convocá-los para uma reunião da referida Comissão, que se realizou no dia 15 de julho de 2022; -----
- Ofício do Presidente da Câmara, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que a Câmara Municipal deliberou emitir parecer favorável à proposta de criação das freguesias de Canedo, Vale e de Vila Maior, por desagregação da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, remetendo extrato da minuta da reunião da Câmara Municipal de 4 de julho de 2022, no respeitante a essa matéria; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Assembleia da República, a remeter as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, na sessão de 28 de junho de 2022 e na reunião de 20 de junho de 2022, respetivamente, no âmbito do processo de desagregação da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros, assim como a restante documentação que instrui o processo; -----
- Convite do Presidente do Clube Desportivo Arrifanense, ao Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na cerimónia da entrega de Medalha de Mérito àquele clube pela mão do Secretário de Estado do Desporto, que se realizou no dia 16 de julho de 2022; -----
- Ofício da Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, ao Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do processo de desagregação da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros, informando que a respetiva missiva, atendendo ao seu teor, foi encaminhada aos Deputados da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo ata da reunião de 31 de maio de 2022 da Junta





- 
- de Freguesia para ser aditada ao processo de desagregação daquela União de Freguesias;-----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 4 de julho de 2022; -----
  - Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 18 de julho de 2022; -----
  - Convite da Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora da Saúde de Fornos, ao Presidente da Assembleia Municipal, para participar na procissão solene que se realizou, no âmbito da festa em referência, no dia 15 de agosto de 2022;-----
  - E-mail da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Presidente da Assembleia Municipal, enviando link para acesso à Revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais – RAMEL 22; --
  - Convite do Secretário-Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), ao Presidente da Assembleia Municipal, para participar no VI Encontro Nacional de Autarcas, que se realizou no dia 17 de setembro de 2022;-----
  - E-mail, por instrução do Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter documentos no seguimento da reunião realizada pelo Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira no dia 14 de junho de 2022;-----
  - Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 1 de agosto
-



- de 2022;-----
- Ofício da Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo documentos relativos ao processo de Desagregação daquela União de Freguesias; -----
  - Ofício da Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo ata da reunião de 2 de junho de 2022 da Junta de Freguesia para ser aditada ao processo de desagregação daquela União de Freguesias; -----
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a remeter documentos rececionados da Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, relativos ao processo de desagregação daquela União de Freguesias, solicitando emissão de parecer da Câmara Municipal sobre o processo em referência;-----
  - E-mail do Secretário-Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo programa de trabalhos no âmbito do VI Encontro Nacional de Autarcas, que se realizou no dia 17 de setembro de 2022; -----
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, a convocá-los para a sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 23 de setembro de 2022, bem como informando a respetiva Ordem do Dia; -----
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a informá-lo, bem como à Exma. Câmara, da realização de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal no dia 23 de setembro de 2022, e indicando a respetiva Ordem do Dia;-----
  - Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter informação prestada no seguimento do



- 
- requerimento apresentado pela deputada municipal Susana Correia a propósito da receita total da Derrama cobrada pelo Município – ofício que, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquela deputada municipal em formato digital, por e mail;-----
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter informação prestada no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Ângelo Santos a propósito dos terrenos envolventes ao Castro de Romariz – ofício que, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e mail;-----
  - Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 16 e 29 de agosto de 2022;-----
  - Ofício do Presidente da Câmara, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que a Câmara Municipal deliberou emitir parecer favorável à proposta de criação da freguesia de Guisande, da freguesia de Louredo, da freguesia de Gião e da freguesia de Lobão, através da desagregação da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, remetendo extrato da minuta da reunião da Câmara Municipal de 12 de setembro de 2022, no respeitante a essa matéria; ---
  - Convite do Presidente da Área Metropolitana do Porto, ao Presidente da Assembleia Municipal, para o espetáculo comunitário “Cor(p)o Metropolitano”, a realizar no dia 2 de outubro de 2022;-----
  - E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, a convocá-los para reunião da referida Comissão, que se realizou no dia 20 de setembro de 2022;-----
  - Ofício subscrito pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, ao
-



- 
- Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de setembro de 2022; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Manuel Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de setembro de 2022, pelo Tesoureiro daquela Junta de Freguesia – Pedro Alexandre da Silva Martins, bem como a remeter o respetivo documento de delegação de representação; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Tiago Paiva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter solicitação para a inclusão de um ponto na Ordem do Dia da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de setembro de 2022, intitulado “Medidas de resposta à emergência social provocada pela Inflação”; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Carlos Martins, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter requerimento em que solicita esclarecimentos relacionados com questões diversas – o qual foi enviado por e mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos – assim como a solicitar ao Presidente da Assembleia Municipal que seja convidado o Secretário Executivo Metropolitano para responder perante a Assembleia sobre a estratégia metropolitana de transportes e que investimentos estão previstos para Santa Maria da Feira nos próximos anos; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Tiago Paiva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que está ausente do país de 19 a 23 de setembro de 2022, pelo que solicita ser substituído, no período mencionado, pelo Eduardo Gabriel Baptista Couto; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Nuno Joel Rocha, Presidente da Junta
-



- de Freguesia de Romariz, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de setembro de 2022, pela Tesoureira daquela Junta de Freguesia – Sara Elisabete Gomes Portal; -----
- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Eva Lúcia Costa, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de setembro de 2022, por motivos pessoais, pelo que solicita a sua substituição; -----
  - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Manuel Melo, Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de setembro de 2022, pelo Secretário daquela Junta de Freguesia – Carmino Bastos; -----
  - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Manuel Oliveira de Almeida, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que o mesmo não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de setembro de 2022, pelo que solicita a sua substituição; -----
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, relativo a adenda à Ordem do Dia da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de setembro de 2022;-----
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a informá-lo, bem como à Exma. Câmara, de adenda à Ordem do Dia da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de setembro de 2022;-----
  - E-mail do vereador em regime de não permanência da Câmara Municipal – Márcio Correia, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de setembro de 2022, pelo que solicita a



- sua substituição na mesma pelo vereador suplente – Pedro Vieira; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Susana Ferreira da Silva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de setembro de 2022, por motivos profissionais, pelo que solicita a sua substituição; -----
  - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Rosa Maria Silva, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que a mesma não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de setembro de 2022, pelo que solicita a sua substituição;-----
  - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Armando Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de setembro de 2022, pelo Vogal daquela Junta de Freguesia – Miguel Ângelo Costa e Silva; -----
  - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Jorge Ferreira Ferreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que o mesmo não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de setembro de 2022, por motivos pessoais, pelo que solicita a justificação da sua falta.” -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, introduzindo o período em epígrafe, deu nota que alguns grupos municipais fizeram chegar aos serviços de apoio votos de pesar pelo falecimento do Dr. Celestino Portela, e mesmo alguns grupos que não o fizeram, manifestaram a intenção de o fazer. Informou que, perante isto, a Mesa entendeu por bem apresentar, ela própria, um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Celestino Portela, tendo ele próprio já conversado com os representantes de cada grupo municipal acerca deste proceder. Posto isto, passou a ler o voto de pesar em referência, cujo teor



seguidamente se transcreve: -----

“A Mesa da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, propõe um voto de pesar, pelo falecimento no passado dia 11 de setembro de 2022, aos 87 anos, do ilustre feirense Dr. Celestino Portela, prestigiado advogado de Santa Maria da Feira com uma longa e reconhecida carreira dedicada à causa pública e ao Direito, com um incomparável percurso de intervenção política, social e cultural, tendo-se destacando como vereador da Cultura da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira entre 1976 e 1979, mandato em que foram erigidos o Monumento ao Espírito Feirense e o Monumento a Manuel Laranjeira. -----

Fundador e membro de várias associações de Santa Maria da Feira vocacionadas para a preservação e valorização do património histórico e cultural do concelho, como a Liga dos Amigos da Feira (LAF), a Comissão de Vigilância do Castelo, o Rotary Clube da Feira e a Confraria da Fogaça da Feira, Celestino Portela viu o seu nome associado a momentos de grande relevo da história concelhia, como as homenagens a Henrique Veiga de Macedo e a Fernando Pessoa, promovidas pela LAF, que trouxeram a Santa Maria da Feira vários governantes e prestigiadas personalidades da história e cultura portuguesa. -----

Diretor da Revista Villa da Feira e da Coleção Santamariana, o Dr. Celestino Portela teve um papel decisivo na pesquisa e investigação da história e cultura locais, com o apoio de inúmeros colaboradores, cujos trabalhos foram sendo publicados nesta prestigiada publicação, que é uma referência local e que tem vindo a enriquecer o espólio documental das nossas bibliotecas e associações culturais. Os mais de 20 anos de edições regulares da Revista Villa da Feira traduzem a vitalidade e a importância desta publicação na preservação da história e das memórias feirenses. -----

Conhecedor da Literatura e da História local e nacional, Celestino Portela escreveu vários livros e revelou-se um exímio colecionador, dispondo de um vasto repositório de documentos e peças alusivos ao concelho de Santa



Maria da Feira, apenas possível graças à sua persistência, olhar atento e amor à terra onde nasceu e onde fez o seu percurso profissional, político, intelectual e familiar. -----

Em setembro de 2014, o Executivo Municipal deliberou atribuir a Medalha de Mérito Municipal ao Dr. Celestino Portela pelos serviços prestados às comunidades santamarianas e à cultura feirense, distinção que lhe foi entregue presencialmente numa cerimónia realizada a 20 de janeiro de 2015, integrada no programa da Festa das Fogaceiras. -----

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: -----

- Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo seu falecimento; -----
- Manifestar à família e amigos enlutados, as mais sinceras condolências; --
- Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.” -----

-----  
Submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor (PSD:25, PS:15, CDS-PP, CH, IND) e 2 abstenções (BE, CDU), aprovar o voto de pesar em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. De seguida, cumprindo o deliberado, foi guardado um minuto de silêncio em homenagem ao Dr. Celestino Portela. -----

-----  
Posto isto, prosseguindo os trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia informou da existência de 2 recomendações e 1 moção que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. De seguida, passou a palavra aos proponentes dos respetivos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos. -----

-----  
Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS), que apresentou e explanou a recomendação que, seguidamente, se transcreve: -----





“RECOMENDAÇÃO – TRANSIÇÃO CLIMÁTICA E ENERGÉTICA, UM DESAFIO DO PRESENTE! -----

Os últimos anos têm sido anos de dificuldades crescentes e de grandes exigências, resultado da crise sanitária que assolou o mundo, das alterações climáticas e da transição energética que se impõe. Estas dificuldades despertaram a sociedade para os desafios que temos para enfrentar na área da saúde, do ambiente, da energia, da demografia, entre outras. Estes são desafios de âmbito mundial, europeu, nacional e local. --- Um pouco por todo o Mundo, e também no nosso país, as pessoas, organizações e as empresas foram-se adaptando à região onde estão inseridos, organizando as suas atividades, os serviços, os espaços de lazer, os locais onde vivem e muitos outros aspetos das suas vidas, por forma a organizarem-se nos aspetos positivos e nos eventuais problemas e limitações que se apresentam. No seio destas dificuldades crescem preocupações com os sinais efetivos das alterações climáticas e energéticas e a forma como afetarão o nosso território. -----

A temática do combate ao impacto destas alterações, deve ser, crescentemente, uma prioridade das políticas públicas da administração central, mas também e em muitas áreas, sobretudo da administração local. O Poder Local deve assumir uma liderança preventiva e proativa no desenho e concretização de medidas e projetos mais abrangentes que permitam por um lado a aceleração da transição energética, a expansão sustentável das energias renováveis, e por outro, a proteção ambiental e o envolvimento de toda a comunidade neste “grito” de alerta do presente e promover o envolvimento de todos os cidadãos no caminho indispensável desta transição. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista (GMPS), na Assembleia Municipal de S.M. Feira, entende que a adaptação planeada é mais eficaz do que a tomada de medidas reativas em situação de emergência, defende ainda que o envolvimento da população poderá ter impactos muito positivos na



mudança que se impõe. As autarquias locais são o impulsionador apropriado para a resposta inovadora, de proximidade, capaz de fomentar oportunidades de melhoria. A adaptação pode proporcionar benefícios locais imediatos com a implementação de medidas que envolvam toda a população. -----

As autarquias locais são o órgão mais próximo dos cidadãos e o primeiro ao qual estes recorrem, devem certificar-se de que os cidadãos estão informados e de que se sentem envolvidos neste desafio que é de todos.-----

O GMPS defende que é de primordial importância que o município defina e dê a conhecer o seu plano de adaptação às alterações climáticas. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 23 de setembro de 2022, recomenda ao executivo: -----

1) Um trabalho colaborativo entre Câmara Municipal, Juntas de Freguesias e outras entidades nomeadamente escolas, setor social e industrial, para reforçar a literacia energética e ambiental dos cidadãos feirenses; -----

2) Criação de um espaço de informação para esclarecimentos à população sobre formas de melhorar a eficiência energética das habitações, elucidar sobre estratégias para a redução de despesas com consumos energéticos e aconselhar sobre financiamentos existentes, ajudando na submissão de candidaturas e outros processos administrativos;-----

3) A organização e realização de Campanhas de Informação e Sensibilização sobre medidas a adotar pelos consumidores, que incluam dicas de modos de atuação e identificação de oportunidades;-----

4) Lidera o processo de prevenção de comportamentos através da partilha e divulgação da informação Disponível ao Público sobre o que o município está a fazer para combater e prevenir comportamentos menos sustentáveis na utilização da energia, da água, etc. e aumentar a eficiência hídrica e energética dos espaços públicos sob sua tutela; -----

5) Criação do Plano Municipal de Combate às Alterações Climáticas; -----

6) Criação da Estratégia Local de Transição Energética; -----



- 7) Criação de um Programa Municipal de incentivo à adoção de soluções de combate às alterações climáticas e de transição energética, aplicável às empresas e comunidade;-----
- 8) Criação do Prémio Municipal para as melhores práticas de combate às alterações climáticas e melhores práticas de transição energética;-----
- 9) Criação do Prémio Municipal de aplicação em contexto escolar, de promoção e sensibilização para o combate às alterações climáticas e desperdício de energia.” -----

-----

Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU), que apresentou e explanou a moção que, seguidamente, se transcreve:-----

“MOÇÃO – PELA REABERTURA DO BALCÃO DA CGD, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE LOBÃO, GIÃO, LOUREDO E GUISANDE-----

Foi com grande indignação que tomámos conhecimento do encerramento de 23 balcões da CGD, incluindo aquele que se localiza na União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande. Esta decisão afeta uma vasta população de utentes desta região (Lobão, Gião, Louredo, Guisande e outras freguesias), em especial os reformados e pensionistas, que ficam ainda mais desprotegidos, sem aquele serviço de proximidade, numa zona onde não abundam os transportes para as suas deslocações a outros balcões existentes no concelho.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 23 de setembro, manifesta a sua perplexidade quanto a esta decisão de encerramento, por parte deste banco público, que deveria existir para servir os interesses das populações e promover o desenvolvimento de todo o país, tanto mais que tal encerramento é decidido, quando são divulgados os lucros daquela instituição bancária pública, que se cifram em 486 milhões de euros e se sabe que aquele balcão tinha um considerável movimento diário de utentes.-----

Não encontrando qualquer justificação para tal encerramento, a



Assembleia Municipal, não se resignando com a perda de mais um serviço de grande utilidade para a população de Lobão, Gião, Louredo, Guisande, em particular, e para o Concelho de Santa Maria da Feira, em geral, declara não aceitar este encerramento como um facto consumado e exige a reversão deste processo.-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira recomenda à Câmara Municipal que desenvolva diligências junto do Governo, para que a população de Lobão, Gião, Louredo, Guisande e das freguesias vizinhas continue a poder contar com aquele serviço de proximidade, essencial para a sua vida, reabrindo o balcão da CGD agora encerrado.” -----

-----  
Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP), que apresentou e explanou a recomendação que, seguidamente, se transcreve: -----

“RECOMENDAÇÃO – PRÉMIO DE MÉRITO -----

O CDS Santa Maria da Feira continua a batalhar todos os dias para que o nosso concelho consiga ter as melhores infraestruturas para proporcionar uma educação digna às nossas crianças. -----

Nesse sentido estamos empenhados para que o ensino secundário possa ser concretizado por cada vez mais alunos feirenses, em Santa Maria da Feira. -----

O CDS vem propor ao executivo municipal, a criação de um prémio de Mérito, com o valor de 400 EUR por aluno, que concluir o secundário seja curricular/profissional nos estabelecimentos de ensino do nosso concelho. Para ter direito ao prémio de mérito tem que apresentar o comprovativo da matrícula no curso superior e a instituição em que o candidato ficou colocado. Sendo este, mais uma ferramenta de incentivo, para que seja a primeira opção, estudar em Santa Maria da Feira. -----

O CDS tem-se debatido por uma maior oferta no ensino secundária no nosso município, descentralizando de forma a abranger a zona nordeste do concelho, “Lobão” como também a zona mais litoral, “Paços Brandão” e



melhorar as existentes em Santa Maria da Feira e em Fiães, devemos tornar cada vez mais atrativo estudar no nosso concelho. -----

Assim o CDS propõe a esta Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 23 de setembro de 2022, que recomenda à Câmara Municipal: ---

1 – A criação de um prémio de Mérito, com o valor de 400 EUR por aluno, que concluir o secundário seja curricular/profissional nos estabelecimentos de ensino do nosso concelho.”-----

-----  
Posto isto, feita a apresentação dos documentos, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os mesmos a discussão e, após feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Eduardo Couto. -----

-----  
Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Parece que, de uma vez por todas, temos um Presidente da Assembleia Municipal que se preocupa com as condições de trabalho dos deputados municipais. Agora já temos uma mesa, um bem-haja à escolha deste local. No que diz respeito às moções apresentadas, o Bloco de Esquerda tem as seguintes considerações a fazer. -----

Nós acompanhamos na íntegra a moção apresentada pela CDU. Nós, em tempo próprio, condenamos o encerramento deste estabelecimento e de muitos outros no Concelho e acreditamos que são precisas alternativas. ----

E, para rentabilizar o tempo, aproveito e já questiono ao Sr. Presidente da Câmara acerca desta matéria, no sentido de compreender que diligências tem feito o Executivo para dar resposta à população que ficou afetada com esta decisão de encerramento da Caixa Geral de Depósitos na União de Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande. -----

Não acompanhamos a recomendação do CDS-PP porque temos uma profunda divergência com o seu conteúdo, porque nós acreditamos que o esforço político, a se realizar, é antagónico com esta proposta porque,



vejamos bem, a solução do combate ao abandono escolar e não ingresso ao ensino superior passa por mais investimento. Ora, premiar os que conseguem concluir o ensino secundário ao invés de ajudar aqueles que não o conseguem, só agoniza as desigualdades dentro da escola. E, diga-se de passagem, esta visão vai contra aquela que é uma bandeira que o CDS muito gosta de elevar em relação ao elevador social, ou seja, é antagónica com os próprios valores do CDS. E, por isso mesmo, votaremos contra. ----- Acompanhamos e votaremos favoravelmente a proposta do Partido Socialista acerca da transição energética, porém, achamos oportuno realçar que era útil que o Governo liderado por este mesmo partido tivesse a coragem política de aprovar, em Assembleia da República, medidas deste calibre e políticas de foro energético, como, por exemplo, tabelar preços da energia, taxar os lucros da EDP ou até mesmo ousar fazer aquilo que defenderam em tempos passados e, provavelmente, nacionalizá-la. Haja coragem e vontade política, em Santa Maria da Feira e no país, para que o Partido Socialista tenha um percurso de valorização da transição energética.” – Fim de citação.-----

De seguida, interveio o membro **João Cunha** (PSD) que começou por dizer, em relação à recomendação do PS, que concorda com o membro Eduardo Couto quando este disse que se devia desafiar o Governo central a ter mais políticas energéticas e a defender intrinsecamente e efetivamente o clima, ao invés de se excluir completamente dessa discussão e não ter qualquer meta no apoio aos municípios.-----

Referiu que o PS fala que a recomendação é uma chamada de atenção ao Executivo, salientando, sobre isso, que o PSD agradece, mas que não precisa dessa chamada de atenção porque, desde há muito tempo, está a investir na transição energética e na defesa do clima. Lembrou o investimento feito no território, passando o mesmo a ter 90% da sua iluminação a LED, acrescentando que, desses 90%, quase todas as



luminárias, se não todas, têm um fluxo energético que permite uma poupança de cerca de 50%, o que terá uma importância extrema, no futuro, por causa da inflação.-----

Disse ainda que, em relação à arborização e à reflorestação, o Município também tem feito investimento, dando nota que, em 2020, o território tinha cerca de 2.500 replantações e, agora, está em cerca de 6.000, representando um investimento fortíssimo. Referiu que, portanto, não lhe parece fazer grande sentido dizer-se que não há uma política ambiental ou transição energética no Município.-----

Salientou que é preciso ter em atenção que a inflação vai ter um custo fortíssimo a nível energético, podendo implicar um aumento superior a 4 vezes nos custos do Município com a energia, voltando a sublinhar que o investimento realizado pelo Município aconteceu muito antes desta situação da inflação. Neste âmbito referiu que, há meio ano, houve um ministro a dizer que a inflação seria temporária, que seria algo passageiro e que nem se iria sentir, mas que, infelizmente, todos estão a senti-la, acrescentando que o Bloco de Esquerda só pode vir dizer aquilo que diz sobre as medidas do Governo porque, agora, não apoia o Governo do Partido Socialista. Disse que só estava a desafiar e a chamar a atenção, tal como fez a deputada municipal Susana Correia, realçando que a mesma também deve, na Assembleia da República, fazer igual defesa porque os municípios pagam um custo elevadíssimo pela energia, assim como os munícipes, que são quem verdadeiramente importa. Informou que o grupo municipal do PSD iria votar contra essa recomendação.-----

Relativamente à recomendação do CDS-PP para atribuir um prémio de mérito de 400 euros a quem concluir a educação obrigatória, salientou que o 12.º ano de escolaridade é o mínimo, é o obrigatório, questionando se o Município deverá dar 400 euros aos cerca de 15 mil alunos que tem o Concelho e que têm a obrigação de terminar o 12.º ano. Disse parecer-lhe que essa atribuição não faz qualquer sentido, dando nota que o grupo



municipal do PSD discorda da criação deste prémio de mérito.-----  
Concluindo a sua intervenção, aludiu à proposta da CDU para dizer que o grupo municipal do PSD, apesar de não estar totalmente de acordo com o conteúdo da mesma, percebe a preocupação manifestada, pelo que a iria votar favoravelmente. -----

-----  
Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por dizer, em relação à recomendação no âmbito da estratégia de combate às alterações climáticas, que o Município tem uma estratégia delineada e já implementou ações concretas há alguns anos, comentando que, hoje, o Concelho tem toda a iluminação pública a LED que permite uma poupança nos consumos de energia entre 50 a 70%, dado que umas luminárias são mais eficientes do que outras. -----

Referiu que a frota municipal está a ser transformada em elétrica, fazendo notar que cerca de 50% da frota do Município é elétrica, tendo também algumas viaturas híbridas, precisamente no sentido de efetuar essa poupança. Salientou que o Município também fez investimento em 11 empreendimentos de habitação social ao nível das coberturas, caixilharias e revestimentos para potenciar a eficiência energética dos edifícios e garantir um melhor conforto aos moradores. -----

Disse que a respetiva estratégia municipal foi aprovada pela Assembleia Municipal e que os presidentes de junta de freguesia também a votaram e têm conhecimento dela, acrescentando que a própria Câmara incentiva e financia em 50% as obras nos edifícios das juntas de freguesia que sejam para melhorar a eficiência energética ou as acessibilidades. -----

Referiu que a Câmara também está a financiar as juntas de freguesia para a compra de máquinas e viaturas mais eficientes, comentando que, pelo que sabe, essa comparticipação subiu para os 70%. Disse saber que as juntas de freguesia têm sempre muitas dificuldades financeiras e necessitam de ser apoiadas, acrescentando que o Executivo está sempre





aberto a receber recomendações. -----

Fez ainda notar que o Município está a iniciar um projeto de mobilidade elétrica no sentido de incentivar as pessoas a deixar, cada vez mais, o carro em casa, e, ainda no âmbito dos transportes, disse esperar que, ainda em 2022, o Município tenha finalmente em funcionamento a sua rede de transportes públicos. Referiu que, conforme é público, a Área Metropolitana do Porto está a desenvolver esse processo há alguns anos, mas que o mesmo tem andado em litígio no tribunal, informando que, ao que parece, vai haver luz verde e, nos próximos meses, o território já terá uma boa rede de transportes públicos a funcionar. -----

Sobre a recomendação do CDS-PP relativa ao prémio para os alunos que concluíssem o ensino secundário disse que, em primeiro lugar, se estaria a falar de valores significativos e, além disso, se estaria a premiar algo que é a obrigação de cada aluno, pois está-se a falar do ensino obrigatório. -----

Concluindo, disse que o importante é que o Estado proporcione condições para que os jovens concluam o 12.º ano de escolaridade, com gratuidade, transportes, alimentação, ajudando os que não tiverem as devidas condições, acrescentando que atribuir um prémio de mérito a quem cumpre com a sua obrigação, não é mérito, para além de que se estaria a falar de um volume de financiamento absolutamente extraordinário. -----

-----  
*Entretanto, no decorrer da discussão das recomendações e da moção, entraram os membros Alexandra Sousa, Rui Ribeiro, Carlos Martins, José Carlos Silva, José Carlos Baptista Martins e António Valdemar Ribeiro.* -----

-----  
De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos em discussão, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

- *Recomendação “Transição Climática e Energética, um Desafio do Presente!”*, apresentada pelo PS: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor



(PS:16, BE, CDS-PP, IND), 30 votos contra (PSD:29, CH) e 2 abstenções (IL, CDU), reprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

-----  
- *Moção “Pela reabertura do balcão da CGD, na União de Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande”, apresentada pela CDU:-----*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD:29, PS:16, BE, CDS-PP, CH, CDU, IND) e 1 abstenção (IL), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

-----  
- *Recomendação “Criação de um prémio de Mérito”, apresentada pelo CDS-PP:-----*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor (CDS-PP, CH), 33 votos contra (PSD:29, BE, IL, CDU, IND) e 16 abstenções (PS), reprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

O membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) fez a seguinte declaração de voto:-----

“O CDS não apresentou um prémio de mérito para quem concluir o ensino secundário em Santa Maria da Feira, porque isso nós já sabemos que é obrigatório, mas sim premiar quem consegue terminar o secundário e consegue entrar na universidade. Apesar dos apoios que existem em várias situações de ajudas, o Município poder premiar quem concluiu o secundário em Santa Maria da Feira e consegue entrar na universidade.” --

-----  
Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a cada grupo municipal a possibilidade de usar da palavra para colocar questões à Câmara, se assim o entendessem e de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Daniel Gomes.-----



---

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que disse ter sido interpelado por uma cidadã a respeito de um problema que tem na sua habitação, dando nota que, no prédio em questão, coexistem habitações camarárias e habitações privadas e, ali, existe um problema de gestão de espaços comuns. Salientou que existem intervenções que são correntes e que até podem aguardar algum tempo, mas que há outras que são urgentes, como é o caso em concreto. Disse estar a falar do Bairro Nossa Senhora de Fátima, em Mozelos, no bloco 4, dando nota que a pessoa reside no último piso do prédio e que ocorreu um problema com o telhado, que cedeu, causando infiltrações com as chuvadas. Referiu que a cidadã quer resolver o problema, mas que não tem a obrigação de o resolver por sua própria iniciativa e assumindo os encargos sozinha. -----

Disse ainda que, pelo que percebeu, aquela cidadã colocou o problema ao Município, mas que lhe foi dito que não há verbas, o que estranha. Concluindo, questionou o que é que as pessoas devem fazer nestas situações em que existe uma mistura entre habitações camarárias e privadas, em que existe um problema de gestão dos espaços comuns, reafirmando que tais situações podem ser mais comuns do que se julga. ---

-----

Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que começou por dizer que o problema de acumulação de matilhas e colónias pelo Concelho continua a agravar-se, e que o Partido Socialista sempre foi propondo, ao longo dos anos, que fosse estruturado um plano de bem-estar e proteção animal, o que nunca foi aceite. Disse que a verdade é que o problema persiste e até se vai agravando, pelo que gostaria de perceber o que é que a Câmara está a preparar para resolver este problema porque, tal como o PS tem vindo a alertar, não é o veterinário municipal nem o canil intermunicipal que vão resolver este problema. -----

Referiu que outra questão tem a ver com a chegada das trotinetes e bicicletas elétricas ao Concelho, fazendo notar que o PS nada tem contra

---



aquelas que são soluções inovadoras preparadas para o futuro, pois é perfeitamente favorável ao desenvolvimento. Disse que, no entanto, o PS sempre pediu à Câmara, e continua a pedir, para que efetivamente haja um plano que estruture estas respostas, para que possam ser efetivamente respostas, comentando que esse é o caminho para o futuro que se pretende para o concelho de Santa Maria da Feira, ou seja, um futuro verdadeiramente sustentável, promissor, onde são acauteladas as infraestruturas necessárias para estes veículos poderem circular em segurança para todos, sem invasão de qualquer canal de circulação, pedonal ou não.-----

Referiu que a experiência tida nos outros municípios mostra que a tendência será para que os problemas se vão acumulando, até porque aparecerão novas operadoras, comentando que o Município acabará por ficar refém quer da concorrência entre os operadores quer da utilização menos cívica e menos responsável dos equipamentos. Disse que, nessa medida, o grupo municipal do PS deixa o alerta no sentido de que se prepare um plano de ação de mobilidade urbana sustentável e um regulamento de mobilidade suave para o Município, aproveitando para também solicitar que se comece a pensar na possibilidade de implementação de uma solução tecnológica que evite parar a contagem do tempo de utilização destes veículos sem que estes sejam devidamente estacionados em docas estrategicamente espalhadas pelo concelho, comentando que esta situação também vai ser um problema.-----

Concluindo a sua intervenção disse que a grande questão que queria colocar, no âmbito do mesmo assunto, é a de saber qual é a entidade que, neste projeto-piloto, está a fazer a recolha de dados, dos fluxos e utilizações.-----

-----  
Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que começou por dizer que, ao fim de mil e uma promessas, está a ser construído o Centro Coordenador



de Transportes em Fiães, acrescentando que o local escolhido é, no mínimo, uma estranha e alegre coincidência para a Auto Viação Feirense uma vez que tal empresa se localiza mesmo ao lado. Referiu que a mesma Auto Viação Feirense reitera, sistematicamente, que não irá aderir ao sistema Andante, o que prejudica milhares de feirenses, desde estudantes bolseiros, pensionistas ou até mesmo trabalhadores que usufruem deste serviço de transporte.-----

Disse que os autocarros da Auto Viação Feirense circulam a horários desfasados e, apesar de pintados de novo, a realidade é que estão a cair de podre, salientando que chegaram ao Bloco de Esquerda denúncias de estudantes a dizerem que chove dentro dos autocarros, o que prejudica até o próprio rendimento escolar dos mesmos. Referiu ainda que, recentemente, essa empresa decidiu comprar um monte de autocarros velhos e colocou-os ao lado da empresa, ocupando a via pública durante vários dias, o que perturbou toda a zona envolvente. Salientou que aquilo que o Bloco questiona é se a Câmara vai permitir e dar aval para que a Auto Viação Feirense, mesmo prestando um péssimo serviço, venha a usufruir do Centro Coordenador que está a ser construído com dinheiro público.-----

Disse que outra questão diz respeito a mais descargas ilegais realizadas em linhas de água, no caso em Paços de Brandão e em Fiães, realçando que a Câmara continua com uma visão turva, ignorando uma realidade que tem vindo a assombrar o Concelho há décadas, questionando ao Sr. Presidente da Câmara para quando uma resposta estrutural para este problema. Referiu que o Executivo tanto critica a contratação de guarda-rios municipais quando tal é proposto pelo Bloco, mas, depois, aplaude quando é a Indaqua a colocá-los em Fiães, perguntando para quando a contratação destes profissionais para o concelho de Santa Maria da Feira.-----

Salientou que a terceira questão tem a ver com as trotinetes que ficam paradas no meio do passeio, já abordada pela Lia Ferreira, dizendo saber



que, muito provavelmente, o Sr. Presidente da Câmara irá dizer que se está no mês experimental, talvez tendo uma resposta pronta sobre os estudos e a forma como a empresa, numa perspetiva empreendedora, está a investigar onde é que as pessoas utilizam a trotinete. Neste âmbito, questionou se o Sr. Presidente da Câmara acha normal o que se tem visto no que respeita às trotinetes espalhadas no meio do passeio, perguntando se a Câmara não tem mão no seu próprio território e permite que as empresas privadas deixem que os utilizadores das trotinetes deixem as mesmas onde bem lhes apeter, obstruindo aquilo que é o espaço público. Referiu que, nesta perspetiva, pouco adiantará vir, depois, apresentar planos sobre acessibilidades e barreiras arquitetónicas quando o Concelho já tem inúmeras passeiras sem rampa, inúmeros passeios que não estão adaptados, e, agora, trotinetes no meio dos passeios, trazendo mais problemas às pessoas com mobilidade reduzida, sejam as idosas, as utilizadoras de cadeira de rodas ou outras com problemas de locomoção. --- Concluindo a sua intervenção disse que, se o Concelho já tinha um problema estrutural, as trotinetes espalhadas por onde calha estão a piorar a situação, perguntando se a Câmara é conivente com esta empresa que, pelo que se vê, não tem normas de utilização em Santa Maria da Feira. -----

-----  
Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que começou por dizer que também iria falar da questão das trotinetes, mas, uma vez o assunto já ter sido falado, não valeria a pena estar a repetir as questões. -----

Referiu que uma das questões que queria colocar está relacionada com o prédio que está em fase final de construção, junto à Capela de Campos, em que o promotor ficou obrigado a fazer a requalificação daquela área. Questionou qual o ponto de situação, se o promotor sempre vai avançar, ou não, com a requalificação daquela área. -----

Salientou, de seguida, que na última sessão desta Assembleia perguntou



quem é que geria os parquímetros na cidade, se era a Câmara ou se era a empresa P. Parques, tendo o Sr. Presidente da Câmara respondido que é a empresa P. Parques. Disse, a este propósito, que foi brindado com uma multa e que o certo é que foi pagá-la à Câmara, pelo que gostava de saber o porquê de ser a Câmara a cobrar estes valores e não a P. Parques ou a própria PSP. -----

-----  
Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Uma questão muito rápida à Câmara Municipal, que tem a ver com a Educação neste contexto de início do ano letivo, mas que coincide também com a primeira abertura do ano letivo depois da assinatura dos contratos de descentralização de competências e do contrato interadministrativo que foi à Câmara e à Assembleia, creio que à Assembleia em abril. -----

Depois desta primeira experiência, ou neste contexto da primeira experiência, gostávamos de saber do Sr. Presidente da Câmara se, neste processo, houve um levantamento das condições infraestruturais das nossas escolas, qual o plano em relação àquilo que encontrou, a Câmara Municipal, qual o plano de intervenção previsto nos próximos anos. -----

Sabemos que há escolas, ainda recentemente, nas redes sociais, pudemos observar isso, em que houve condições lamentáveis, com infiltrações de água nestes dias de chuva. Sabemos também que ainda há escolas com amianto, o que é uma coisa inacreditável e inadmissível no nosso país, hoje. Queremos saber aquilo que a Câmara herdou do Ministério da Educação, o que é que está previsto fazer-se de investimento nos próximos anos, qual é o critério desse investimento, quais são as características que vão ser tomadas em consideração, das necessidades de intervenção por parte do Município para definir o seu plano de investimento, seja aquilo que lhe diz respeito diretamente em termos de orçamento municipal, seja de acesso a financiamento comunitário, neste contexto que aí vem. -----



Acreditamos que a aproximação da gestão desta rede dos munícipes, e através das autarquias, é um bem para o país, é um avanço em relação àquilo que pode ser o potencial de melhoria deste serviço, mas também temos consciência que é o início de um processo. Não exigimos nenhum resultado imediato, mas gostávamos de saber o que é que significa de novo na esfera municipal e no seu plano de intervenções.-----

Acreditamos que esta proximidade também permite outra coisa que achamos muito relevante, que é a aproximação do nosso sistema educativo às necessidades específicas deste Concelho. É diferente de alguém, na Avenida 5 de Outubro, em Lisboa, decidir o que é que deve ser educado em Santa Maria da Feira, daquilo que é esta realidade atual em que há uma aproximação ainda em relação apenas à rede, mas sabemos, por exemplo, que ao nível da Área Metropolitana do Porto, no âmbito dos quadros comunitários, estão previstos milhões de euros de investimento, por exemplo, no ensino profissional e no ensino tecnológico. E gostávamos de saber qual é a abordagem estratégica do Município em relação a isto e como é que quer envolver as escolas deste território, pelo menos a nível do secundário, nesta aproximação ao nosso tecido económico e social, que tem características particulares e precisa também de competências particulares.-----

Temos visto o Sr. Presidente da Câmara, por mais do que uma vez, dizer que temos ainda défice de competências em algumas áreas da nossa indústria. Até que ponto é que esta oportunidade também se vai reverter no resultado concreto ao nível desta aproximação das competências do território ao sistema educativo que, cada vez mais, a Câmara Municipal também está próxima da sua gestão?” – Fim de citação.-----

-----  
Interveio a deputada municipal **Ana Lamas** (PSD) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Todos os recomeços trazem consigo vários desafios e a necessidade de





percebemos os pontos positivos e os pontos a melhorar e, após um interregno forçado de 2 anos, há que salientar o esforço para proporcionar uma experiência única da Viagem Medieval a todos os visitantes. -----

Foram cerca de 700 mil os visitantes que estiveram presentes nesta Viagem Medieval e, este ano, uma vez mais, com empenho e dedicação para proporcionar uma melhor experiência para todos, desde o facto de se ter estendido a praça de alimentação para evitar aglomeração de pessoas, o aumento do espaço de espetáculos, a criação de uma nova entrada para facilitar o estacionamento, entre outros. -----

O reencontro, tão esperado, permitiu que todos os visitantes da Viagem Medieval continuassem a construir memórias e a viver experiências únicas. Aproveito, assim, para felicitar a Câmara Municipal, a Feira Viva, o tecido associativo e todos aqueles que animaram e trabalharam diariamente em prol da Viagem Medieval, pelo trabalho, empenho, dedicação e alegria com que brindaram todos aqueles que o requisitaram.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que disse que, no âmbito da transferência de competências para o Município na área da Educação, a CDU mais uma vez reforça que nunca foi favorável a esta transferência de encargos, embora tendo consciência das dificuldades da abertura do presente ano letivo. Neste contexto, disse que gostava de saber qual a razão para os alunos do Concelho não disporem de autocarros diretos para a escola, nem a horários ajustados às necessidades das crianças, muito menos transportes que tenham a devida segurança que é exigida por lei. ---  
Referiu que também gostava de perceber a razão para o sistema dos cartões escolares não estar a funcionar devidamente, acrescentando que é a primeira vez que o cartão tem um carregamento mínimo obrigatório de 20 euros, não tendo os alunos qualquer tipo de possibilidade de carregar, na escola, com valores inferiores.-----  
-----



Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por referir que a Escola da Póvoa, de Paços de Brandão, está em obras, felizmente, mas que as quatro turmas dessa mesma escola estão colocadas em contentores. Questionou se essa foi uma solução de recurso e se não foram esgotadas outras possibilidades para instalar essas turmas em salas de aula na zona envolvente.-----

Perguntou ainda quando vai ser dado cumprimento ao protocolo para a implantação da escola secundária em Paços de Brandão, uma vez que o Poder Central já acordou e as juntas de freguesia de Rio Meão, São Paio de Oleiros e de Paços de Brandão também estão de acordo e fazem força para que tal se concretize.-----

Salientou ainda, no âmbito do início do ano escolar, que tem havido muitas queixas de que o voucher atribuído aos alunos do 1.º ciclo com escalão para aquisição de material escolar, não está a funcionar, não estando ainda ativo nos estabelecimentos aderentes. Disse que as pessoas que já adquiriram os materiais não sabem se vão poder ser, ou não, reembolsadas do respetivo valor, solicitando ser esclarecido quanto a essa matéria.-----

De seguida, interveio o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos, começando por aludir à questão colocada pelo membro Daniel Gomes a respeito do Bairro Nossa Senhora de Fátima, em Mozelos, em que uma munícipe terá interpelado a Câmara no sentido de fazer obras. Disse que não será por falta de verbas, salientando que todos os empreendimentos têm um condomínio e que o problema em causa terá de ser resolvido pelo condomínio, mas que, de qualquer maneira, iria pedir ao vereador responsável para verificar a situação.-----

Em relação às questões colocadas pela deputada municipal Lia Ferreira disse, quanto à questão sobre a existência de animais abandonados e algumas matilhas, que se estão a aumentar as respostas, quer ao nível do canil intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa



Maria, quer através da própria AANIFEIRA, acrescentando que o próprio Município está a fazer novas instalações para o veterinário municipal. -----  
Sobre as preocupações manifestadas relativas às trotinetes e bicicletas elétricas disse apreciar muito as críticas feitas com inteligência, mas que algumas são parolice, fazendo notar que está em curso uma experiência no Município, durante um ano, que está protocolado com a empresa, para se detetar alguma situação que seja necessário melhorar. Referiu que há a recolha de dados e um relatório mensal, assim como o registo das ocorrências da própria polícia, caso haja alguma, dando nota que todos esses relatórios vão ser avaliados para, no final do período, ver quais as situações a corrigir. Disse que quando este processo foi iniciado foram colocadas à empresa as mesmas perguntas que foram postas nesta sessão, realçando que a empresa tem muita experiência, opera em grandes cidades e já tem a solução para muitos dos medos existentes, como é exemplo o procedimento que o utilizador deve adotar para estacionar corretamente a trotinete, para que não continue a pagar.-----  
Referiu que a realidade é que ainda existe, e vai continuar a existir, uma cultura de falta de civismo, dizendo não ser por acaso que, por vezes, aparecem contentores do lixo queimados, realçando que também podem acontecer atos criminosos na questão das trotinetes. Deu nota que, de qualquer maneira, ficou agradavelmente surpreendido com a adesão dos feirenses, informando que, em média, há mil utilizações por dia, o que considera absolutamente fantástico, significando que os feirenses aderiram verdadeiramente a esta nova modalidade de mobilidade. -----  
Sobre a intervenção feita pelo membro Eduardo Couto e sobre o comentário de que ele, Presidente da Câmara, já teria uma resposta pronta para a questão das trotinetes elétricas, comentou parecer-lhe que o Eduardo Couto também já trazia as perguntas prontas, as quais lhe terão sido entregues por alguém, nalgum sítio. Quanto à questão das trotinetes e bicicletas elétricas referiu que o Município está num momento de evolução



urbana, sendo um território em franco crescimento e desenvolvimento, estando a deixar de ser rural ou semirrural para passar a ser urbano, acrescentando que não foi por acaso que a empresa em questão se mostrou disponível para fazer esta experiência em Santa Maria da Feira. -----

Disse que, por vezes, fica surpreendido com as críticas feitas quando essas pessoas deviam estar contentes, dado que tais situações significam que, de facto, Santa Maria da Feira está a crescer e a dar um salto qualitativo muito significativo, comentando que essas pessoas deviam conhecer as críticas feitas nalguns municípios vizinhos por não terem a mesma resposta. Referiu ser absolutamente a favor das trotinetes e das bicicletas elétricas, reforçando que esta nova modalidade de mobilidade está a resultar bem e que o território respondeu muito bem, e que todo o processo está a ser permanentemente monitorizado, acrescentando que também é importante que se perceba que as mesmas podem andar na via pública e que não há nada transcendental quanto a isso. -----

Sobre a questão relativa à Auto Viação Feirense disse que essa é uma empresa de transportes coletivos do território de Santa Maria da Feira que deve orgulhar a todos, dando nota que, das empresas privadas do género, é a maior e é a que tem a maior frota a gás e elétrica do País. Referiu que a Auto Viação Feirense não ganhou o concurso para os transportes no Concelho, mas que é motivo de orgulho que a mesma seja do Concelho, pois é uma empresa pujante, forte, fazendo notar que a mesma irá, naturalmente, utilizar o centro coordenador de transportes, como qualquer outra, frisando que não terá nenhum privilégio, mas também não será penalizada por ser de Santa Maria da Feira. -----

Sobre a poluição dos rios disse que a Câmara tem, naturalmente, preocupações com essa questão, tendo protocolado com a Indaqua Feira para ter guarda-rios, na tentativa de minimizar alguma descarga poluente. Fez notar que os rios que passam pelo Concelho têm vida, já estão despoluídos, mas que, lamentavelmente, continuam a ocorrer situações de



poluição, principalmente na Ribeira de Rio Maior, e que é extremamente difícil detetar os poluidores porque aquela ribeira atravessa aglomerados urbanos onde as águas pluviais estão debaixo da terra. Salientou que a Câmara está muito atenta, que é preciso fazer um trabalho de formiguinha, quase casa a casa, para tentar descobrir os poluidores, mas que, apesar dessas situações, os rios do território estão melhores, reforçando que é um trabalho que tem de ser feito ao longo dos anos. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Câmara passou a aludir às questões colocadas pelo membro Miguel Branco, informando, quanto à questão da requalificação da zona envolvente à Capela de Campos, que uma parte da requalificação compete ao promotor privado e outra será feita pela Câmara, tendo ficado combinado que a Câmara faria um concurso público para fazer a obra e o privado pagaria a parte dele. Informou que esse concurso foi aberto, mas ficou deserto, pelo que se irá abrir um segundo concurso, acrescentando que, entretanto, o promotor apresentou uma caução para obter as licenças de utilização. Fez notar que, infelizmente, está a acontecer com muita frequência os concursos ficarem desertos, comentando que, para além dos preços terem aumentado muito, muitas vezes nem é uma questão de preço, mas sim uma questão de não haver concorrentes para fazer a obra. -----

Sobre a gestão dos parquímetros na cidade de Santa Maria da Feira confirmou que é a empresa P. Parques que faz a gestão, explicando que as multas são pagas na Câmara, mesmo as multas de estacionamento que não sejam dos parquímetros, no âmbito do processo de descentralização de competências. Esclareceu que o Estado deixou de processar certas multas, as quais passaram a ser pagas na Câmara, dizendo que, quanto a isso, a Câmara não pode fazer nada, pois agora compete-lhe esse trabalho administrativo de processamento dessas multas. -----

Sobre a intervenção do membro Carlos Martins disse, a respeito do processo do início do ano escolar, que o mesmo correu bem, tendo



acontecido algumas situações que foram necessárias ajustar, como a questão mencionada pelo membro Carlos Cunha, dos cartões que não funcionaram durante alguns dias por problemas no sistema informático, mas que já estará resolvida. -----

Quanto às EB 2/3 a intervencionar informou que são três as prioritárias, a de Lourosa, da Corga de Lobão e de Paços de Brandão, explicando que, ao longo destes anos, foram sendo feitas intervenções nas escolas que precisavam, enquanto que outras, por estarem em bom estado, não precisam ser intervencionadas. -----

Em relação à oferta de cursos no ensino técnico-profissional referiu que essa é uma grande preocupação. Informou que a Carta Educativa Municipal está em processo de revisão, estando esse trabalho a ser feito pela Universidade de Aveiro, salientando que a grande preocupação é mesmo o ensino técnico-profissional, mas que tal é um problema do País e não só do Concelho. Disse tratar-se de uma questão de mentalização porque, apesar de um bom técnico da área da mecatrónica, da eletricidade e outras, já ganhar mais do que um quadro superior, a maior dificuldade é convencer as famílias a optarem pelo ensino técnico-profissional. Referiu que, em vez de dar um prémio a quem completa o 12.º ano e vai para a universidade, como propôs o membro Ângelo Santos, talvez fosse mais interessante dar um prémio a quem fizesse um curso técnico-profissional ao nível do 12.º ano e, a seguir, fosse trabalhar, porque essa é a grande carência do tecido empresarial e é o grande desafio. -----

Quanto à questão levantada pelo membro Carlos Cunha sobre o transporte escolar disse admitir que possa acontecer uma ou outra situação que não esteja bem resolvida, pelo que pedia àquele membro que fizesse chegar à Câmara os casos concretos que conhece para esta poder corrigi-los, caso seja possível. -----

Sobre as questões colocadas pelo membro Ângelo Santos disse, em relação à Escola da Póvoa, em Paços de Brandão, que a obra nessa escola ainda



não começou pelo que os alunos não têm as aulas em contentores. Fez notar que era bom que as obras já tivessem começado, mas que tal não aconteceu, informando que só vão ter início no 2.º semestre, adiantando que já está acertado com a comunidade educativa e com a junta de freguesia que os alunos vão ter as aulas em contentores. Salientou que não há problema nenhum até porque essa situação já ocorreu em muitas escolas e funcionou extraordinariamente bem, comentando que, às vezes, os contentores são mais confortáveis do que os edifícios tradicionais em alvenaria. -----

Quanto à implantação do ensino secundário em Paços de Brandão disse que essa é uma reivindicação antiga, à qual a Câmara está totalmente aberta. Referiu que o Município não celebrou nenhum protocolo para o efeito, acrescentando que, segundo julga, na Carta Educativa já estava previsto o ensino secundário em Paços de Brandão, mas que ainda não avançou. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara, a respeito da questão do funcionamento dos vouchers para aquisição de material escolar, pediu para que se fizesse chegar ao pelouro da Educação os casos concretos, para serem analisados e corrigidos. -----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** disse querer deixar um alerta, salientando que quando permite aos membros que façam comentários a partir do seu lugar, os mesmos não ficam gravados e, portanto, são insuscetíveis de ficarem lavrados em ata. -----

De seguida, e a pedido do mesmo, passou a palavra ao membro Eduardo Couto. -----

O membro **Eduardo Couto** (BE) disse o que, de seguida, se passa a citar:--  
“Sr. Presidente, você tem a prática de tentar ridicularizar os intervenientes novos do Bloco nesta casa. Fez isso comigo, fez isso com o Moisés Ferreira,



fez isso com outros deputados do Bloco. Fica-lhe mal e demonstra mais imaturidade da sua parte do que da parte dos intervenientes do Bloco, porque, primeiro, o Sr. Presidente diz que a minha intervenção, comparada com a da Lia, é uma parvoíce. A seguir diz que não fui eu que a escrevi. Sr. Presidente, decida-se! Ou sou parvo ou não fui eu que a escrevi! -----  
Eu sei que a nossa oposição dói e que o Sr. Presidente não gosta do Bloco de Esquerda, mas tenha um pouco de decoro perante esta casa e perante as pessoas que cá estão, porque ser um jovem a lhe pedir para ter educação diz muito sobre o seu modo de estar na política, Sr. Presidente.”  
- Fim de citação.-----

O Sr. Presidente da Assembleia questionou ao Sr. Presidente da Câmara se queria responder ao membro Eduardo Couto, tendo o **Sr. Presidente da Câmara** dito que há intervenções que respondem por si próprias. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

Saiu o membro Nuno João Albergaria.-----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

##### **1 - Ata N.º 6 - Sessão Ordinária de 28 de junho de 2022**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe, que lhes foi oportunamente disponibilizada, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão não poderiam participar na votação da respetiva ata. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 43 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe.-----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Marco Gonçalves, Lia Ferreira, Carlos Cunha,





Célia Soares, Eduardo Couto, Pedro Silva Martins e Fernando Adriano Pinho.-----

**2 - Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município --**

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa subscrito pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara (registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 12.450, em 16 de setembro de 2022), relativo ao IV Relatório de 2022, anexo que sintetiza a atividade financeira do Município, a capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados e contratados, bem como o prazo médio de pagamento a fornecedores – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que disse que gostaria de saber se a Câmara pondera a possibilidade de serem as próprias escolas a confeccionar as refeições, com trabalhadores com vínculo efetivo e não precário.-----

Disse que as empresas que asseguram as refeições não prestam um serviço com a mesma qualidade da anteriormente prestada pelas próprias escolas, além do aumento excessivo do valor que é cobrado no ano letivo que recentemente se iniciou. Referiu que este é um dos motivos para muitos municípios alterarem o modelo e contratarem trabalhadores para assegurarem este serviço, questionando qual é a real intenção do Município para garantir a qualidade das refeições, com menores custos.-----

Dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o mesmo disse que as questões colocadas pelo membro Carlos Cunha estão completamente desenquadradas do ponto em discussão, acrescentando que teria todo o gosto de responder caso as questões tivessem sido colocadas no Período de



Antes da Ordem do Dia desta sessão, mas que as mesmas não têm enquadramento com o ponto em apreço.-----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia apreciado a Informação em referência.-----

*Entrou o membro Carlos Seixas. Saiu o membro Daniel Gomes.*-----

### **3 – Desagregação da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior**

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se referem os ofícios remetidos à Mesa pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias em referência (registados na Divisão de Administração Geral sob o n.º 10.293, em 13/06/2022, n.º 11.411, em 01/07/2022 e n.º 12.929, em 21/07/2022), fazendo ainda alusão ao ofício do Sr. Presidente da Câmara a informar do parecer dado pela Câmara no âmbito do assunto (registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 9.449, em 07/07/2022) – documentos oportunamente disponibilizados aos membros desta Assembleia Municipal e cujos teores se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas.- Após verificar que o Sr. Presidente da respetiva Junta de Freguesia não quis intervir sobre a matéria em questão, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que disse querer dar uma nota, salientando que, já na altura da agregação das freguesias por força da imposição da troika, o Executivo PSD sempre defendeu que, quando fosse possível reverter as agregações, principalmente nalgumas zonas, seria favorável, dizendo congratular-se por a Câmara Municipal ter deliberado, por unanimidade, a favor das desagregações em discussão nos pontos n.º 3 e 4 da Ordem do Dia desta sessão.-----



Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Sabemos que a lei da desagregação de freguesias, por muitos designada por um erro, foi criada com o intuito de provar que eram capazes de, com economia de escala, diminuir custos na gestão das nossas terras.-----

Passado todo este tempo está provado que a lei veio provocar prejuízo nas populações, umas porque entendem que ficaram longe do poder local, outras porque, por uma série de fatores que não somos nós que os vamos classificar, entendem que desagregar e voltar ao estado em que estava a sua freguesia é a sua identidade que está em salvaguarda. -----

A Câmara Municipal tem tido um papel bastante sereno a acompanhar sempre o que é o parecer das juntas de freguesia, das assembleias de freguesia, e nós, aqui, sublinhamos esta postura completamente oposta ao que foi em 2012 e em 2013, quando muitas populações mostraram a sua indignação por esta agregação. -----

Se calhar, se na altura tivesse sido um papel diferente da Câmara, não tínhamos chegado até aqui, com o prejuízo que muitas populações sentem e o que tem sido a luta destas populações. -----

Sr. Presidente da Câmara, senhores autarcas, senhores deputados, e aproveitando também esta lei, permitam-me que vos diga, já não é a primeira vez, nesta casa, que usam a minha intervenção para falar do Governo. Eu sou deputada da Assembleia Municipal eleita pelos feirenses, e é aos feirenses que eu vou defender aqui nesta casa e é sobre o Concelho que vamos falar. Na Assembleia da República, sou Deputada da Assembleia da República, não sou membro do Governo. O senhor deputado, quando quiser fazer força no Governo, usa o seu partido, o PSD, que também tem implantação na Assembleia da República. -----

E pela população, o que poderemos fazer, fazer para o seu melhor.” – Fim de citação. -----



Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“O Bloco de Esquerda, desde o início deste processo, disse que as uniões de freguesias tinham os dias contados. Avisamos que as populações se iriam manifestar contra, a longo prazo, e fomos prudentes ao dizer que as mais pequenas iam ser desvalorizadas. E avisamos que o resultado ia ser nefasto para todos e que, um dia, teríamos que resolver o problema. Tínhamos razão. -----

Hoje, estamos a reparar aquilo que o PSD, PS e CDS criaram no Parlamento e que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira foi conivente. Ao contrário de alguns que, hoje, fazem-se de esquecidos, nós somos coerentes. Fomos, somos e seremos favoráveis à autodeterminação das populações, nunca defendemos a união de freguesias e estivemos sempre do lado da independência das mesmas. Por isso mesmo, votaremos favoravelmente aos pontos 3 e 4 desta ordem de trabalhos.” – Fim de citação. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Só vinha aqui sinalizar a nossa posição sobre estes dois pontos, que é, obviamente, semelhante àquela que, no passado recente, numa situação análoga, também mereceu a nossa aprovação. -----

Salientar que não vemos, neste assunto, uma necessidade de partidarização do tema, acho que não é isso que está aqui em causa, e penso que as populações das freguesias, quando o fizeram, não foi para apoiar este ou aquele partido, foi para defender aquilo em que acreditam. E é esta aproximação, ao sentir das populações, que está aqui em causa. -----

É assim que vemos o assunto e, por isso, somos a favor de um modelo de governação do território eficiente, mas, acima de tudo, aquele que satisfaça as populações. Se elas entendem que este não é o ideal, obviamente, têm



todo o direito e legitimidade, como têm o nosso apoio enquanto partido político, se sentirem que é o momento da sua desagregação, até porque o contexto legal o permite. E, portanto, nesse sentido, se é esta a vontade das populações e dos seus representantes eleitos, estamos a favor destes processos de desagregação.” – Fim de citação. -----

-----  
Usou da palavra o membro **Carlos Cunha** (CDU) que disse que a CDU, sendo coerente com a posição que tomou sobre a separação e criação de novas freguesias, congratula os intervenientes do processo de desagregação em questão e apoia o seu avanço, pelo que iria votar favoravelmente o assunto. -----

-----  
Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que disse que a posição do PSD nesta matéria é, claramente, a de estar ao lado das populações e votar favoravelmente aquilo que é proposto relativamente às freguesias em questão. -----

-----  
Interveio novamente o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por dizer que concorda que o assunto não deve ser partidarizado, mas que também considera que se deve repor a verdade dos factos do que aconteceu. -----

Referiu assim que, em 2011, o país encontrava-se numa situação de pré-bancarota e, perante isso, o governo, que na altura era do Partido Socialista, assinou um memorando com a troika no qual constava a eliminação de autarquias locais. Realçou que o governo que se seguiu, liderado por Passos Coelho, se limitou a cumprir o memorando, tentando minimizar o impacto. -----

Disse que, de acordo com a lei que estava publicada, o concelho de Santa Maria da Feira tinha que, se nenhum trabalho fosse feito, reduzir 13 freguesias, mas que, com trabalho, reduziu 10, realçando que foi esse trabalho que foi feito, e bem, no Concelho. Referiu que sempre disse,



inclusive nesta Assembleia por várias vezes, que quando a lei fosse alterada se deveria olhar novamente para a questão e ver o que fazer. -----  
Disse ter a perfeita noção que, nas freguesias com características mais rurais, a Junta de Freguesia é absolutamente fundamental, comentando que a própria retirada das caixas de multibanco e das agências bancárias vai ao encontro daquilo que pensa que irá acontecer, no futuro, nos territórios com menos densidade, com características menos urbanas, pelo que, cada vez mais, será importante a presença da Junta de Freguesia nessas freguesias. -----

Ressaltou que, quanto às freguesias urbanas, tem reservas que seja necessário haver tantas freguesias, reforçando que sempre disse isto. -----  
Concluindo, disse que queria repor a verdade dos factos, repetindo que se congratula com os processos de desagregação que estão em apreço nesta sessão. -----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a favor (PSD:29, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a proposta de criação da Freguesia de Canedo, da Freguesia do Vale e da Freguesia de Vila Maior, por desagregação da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior. -----

-----  
*Reentrou o membro Daniel Gomes.* -----

-----  
**4 - Criação das freguesias de Guisande, Louredo e Gião por desagregação da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande** -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere os ofícios remetidos à Mesa pela Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias em referência (registados na Divisão de



Administração Geral sob o n.º 15.601, em 01/09/2022 e n.º 15.980, em 06/09/2022), fazendo ainda alusão ao ofício do Sr. Presidente da Câmara a informar do parecer dado pela Câmara no âmbito do assunto (registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 12.268, em 14/09/2022) – documentos oportunamente disponibilizados aos membros desta Assembleia Municipal e cujos teores se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Disse querer fazer uma ressalva relacionada com este ponto, salientando que o título que consta da Ordem do Dia está conforme o título que veio dos órgãos da Freguesia, mas que a Câmara, e bem, emitiu parecer de acordo com aquilo que tem que ser para haver personalidade jurídica para as respetivas juntas de freguesia, emitindo parecer favorável à criação das freguesias de Guisande, Louredo, Gião e Lobão, tendo, portanto, incluído a criação da freguesia de Lobão. Salientou que, de igual modo, a deliberação a tomar por esta Assembleia Municipal será no mesmo sentido, ou seja, aprovar a criação das freguesias de Guisande, Louredo, Gião e Lobão. -----  
Posto isto, e após verificar que o Sr. Presidente da respetiva Junta de Freguesia não quis intervir sobre a matéria em questão, passou a palavra ao membro **Ângelo Santos**.-----

-----  
Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que referiu que, para o CDS-PP, o Concelho de Santa Maria da Feira sempre teve 31 freguesias, salientando que os membros da Assembleia Municipal têm que olhar para o território como tendo 31 freguesias e 31 realidades, e lutar e trabalhar para o bem-estar de todas. Fez notar que o CDS-PP acompanha a vontade das assembleias de freguesia. -----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal **Susana Correia** (PS), que começou por dizer que conhece a lei e o processo e pode dizer que o Sr. Presidente da Câmara perdeu uma oportunidade para resolver problemas como os



enclaves que, ainda hoje, estão por resolver e que podiam ter sido resolvidos na altura. -----

Disse também querer felicitar e agradecer todo o esforço que faz um presidente de junta de uma união de freguesias, no caso o presidente da Junta da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior e o presidente da Junta da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, comentando que é um grande desafio ser presidente de junta de uma união de freguesias até porque é difícil terem ao seu dispor todos os meios necessários para o desempenho das suas funções. -----

Sobre o ponto em apreço disse que o grupo municipal do PS apoia a decisão da Assembleia de Freguesia, dando nota que, contudo, dois dos elementos que integram este grupo municipal também fazem parte da Assembleia de Freguesia desta União de Freguesias e, por uma questão de coerência, esses dois membros iriam manter o sentido de voto que adotaram naquela Assembleia de Freguesia. -----

-----  
O **Sr. Presidente da Câmara** interveio dizendo apenas querer dar nota que o Executivo tentou resolver a questão dos enclaves, mas que as populações não o quiseram, pelo que a vontade das populações foi respeitada. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD:29, PS:14, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 2 abstenções (PS – Job Silva e David Neves), aprovar a proposta de criação da Freguesia de Guisande, da Freguesia de Louredo, da Freguesia de Gião e da Freguesia de Lobão, através da desagregação da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande. -----

-----  
Os membros **Job Silva** e **David Neves** (ambos do PS) apresentaram, por escrito, declaração de voto conjunta, cujo teor, de seguida, se transcreve: --





“Os eleitos do Partido Socialista reconhecem que, desde o ano de 2012, a agregação das freguesias não assegurou uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, e que muitos dos seus problemas ficaram por resolver, prejudicando assim o desenvolvimento das freguesias agregadas. -----  
Tendo memória, foi o PSD que criou esta lei de agregação (a famosa lei Relvas), sem qualquer preocupação com as pessoas, deixando todos os projetos das freguesias por concluir.-----  
Estamos convictos que a missão de qualquer executivo assenta, inevitavelmente, no exercício das funções sem qualquer tipo de discriminação política, social, económica e sem qualquer distinção por dimensão de freguesia. Além disso, os membros do Partido Socialista foram eleitos e juraram defender os interesses da união de freguesias. Por isso, é dever dos mesmos continuar a trabalhar em prol das quatro freguesias agregadas, sem qualquer discriminação.-----  
Acreditamos que com um executivo capaz, com capacidade de trabalho, empenho e visão, existem as condições políticas para assegurar à população toda a confiança de que a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande poderá fazer um trabalho de proximidade e de melhoria das condições de vida de todos os seus cidadãos.-----  
Até à data não foi possível validar qual a vontade maioritária da população, seja esta a continuidade da união ou a desagregação das freguesias. Portanto, dada a impossibilidade de aferição da vontade maioritária dos cidadãos das freguesias em questão e porque é nosso dever trabalhar em benefício da União, o nosso voto de abstenção permite que a democracia e os seus órgãos definam o futuro das freguesias de Gião, Louredo e Guisande.”-----

-----  
*Saiu o membro António Perestrelo de Lima.*-----  
-----



**5 - Consulta ao Mercado para a aquisição de 20 imóveis para a habitação no âmbito do Programa 1.º Direito**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 1 de agosto de 2022 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

-----  
Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que disse que a CDU é, por princípio, favorável à criação de habitação pública e que o Município deve consultar o mercado para o efeito, comentando que a CDU fica a aguardar pelos desenvolvimentos que serão dados na próxima sessão da Assembleia. Concluindo, disse que gostaria de saber se não existem imóveis públicos disponíveis que possam dar resposta à necessidade que existe. -----

-----  
Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que começou por dizer que a IL não tem nenhuma objeção em relação ao assunto em apreço, mas que queria aproveitar a oportunidade para perguntar à Câmara em que contexto estratégico se integra a aquisição em questão, ou seja, qual o plano integrado para a habitação no Concelho. Disse colocar esta questão porque a deliberação camarária e o documento nela referido remetem para a Estratégia Local de Habitação do Município, a qual foi feita com base nos dados demográficos de 2011 pois, na altura, não estavam publicados os Censos de 2021. Salientou que, mesmo no respeitante a outros dados específicos no Concelho, como o diagnóstico das necessidades, o documento baseia-se em dados de 2018, 2017, 2015, acrescentando que muita coisa já mudou, desde então, no panorama do mercado da habitação em Portugal e, também, no concelho de Santa Maria da Feira. Salientou que, assim sendo, a Assembleia está a ser chamada a tomar uma decisão com base numa situação que já está desajustada da realidade atual.



Referiu não estar com isto a dizer que a Assembleia não deve tomar a decisão, pois concorda com a medida proposta, mas que também considera que era importante proceder à atualização dos dados até porque os preços subiram muito e as necessidades dispararam, reafirmando que o trabalho que está a ser feito tem por base uma informação que está desajustada e desenquadrada da realidade atual.-----

Disse que, na altura em que foi feita a Estratégia Local de Habitação, estavam identificados 36 núcleos com condições habitacionais indignas, 275 fogos, 270 famílias, 373 pedidos de habitação social, salientando que gostava de saber os dados atuais, quantas são as situações concretas de necessidade e quantas pessoas fizeram pedidos de habitação social.-----

Concluindo, salientou que, quando foi feita a Estratégia Local de Habitação, falava-se num investimento total de 11 milhões e 579 mil euros, pelo que questionava se esse valor se mantém e para quantos fogos, assim como saber quantos serão por aquisição, cedência ou subarrendamento. ---

-----  
Interveio o membro **Job Silva** (PS) que começou por dar nota que a sua intervenção tem por base os dados que constam da Estratégia Local de Habitação. De seguida, leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

“O acesso à habitação condigna, um problema já em idade adulta que atemoriza tantos portugueses e tantos feirenses, outrora por nós identificado e advertido, recebeu por parte do governo central uma considerável atenção, será o maior investimento de sempre na promoção de soluções habitacionais.-----

Assim sendo, a Câmara Municipal através do acordo celebrado com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e com a implementação de soluções habitacionais como a reabilitação, a construção, a aquisição e o subarrendamento de fogos, apoiará 215 agregados, ou seja, 529 pessoas. --  
Contudo, segundo a estratégia local de habitação, existem no nosso



concelho 467 agregados familiares, ou seja, 1228 pessoas, a residir em alojamentos com condições indignas. Dos 467 agregados familiares identificados, 419 famílias residem em habitações privadas precárias, insalubres, inseguras, inadequadas e ou sobrelotadas. -----

Portanto, perante os dados apresentados, acredito que seja unânime o reconhecimento de que o programa aqui discutido é insuficiente para mitigar todas as carências habitacionais identificadas no nosso concelho. -- Além disso, e certamente que o Sr. Presidente concorda, as autarquias devem ter uma postura pró-ativa na resolução dos seus problemas locais. Portanto, gostaria de perceber se o executivo permanente atual tem como objetivo ir além do 1.º Direito ou ficar-se-á apenas pelo cumprimento do acordo celebrado? -----

Não nos podemos esquecer que a habitação condigna é um direito básico fundamental.” -----

-----  
Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“O Bloco de Esquerda reconhece o facto de a Câmara Municipal querer resolver parte do problema da habitação do Concelho e louvamos o trabalho que o Executivo tem no que diz respeito a esta questão, mas já dizia José Mário Branco para nos deixarmos das migalhas e nos sentarmos à mesa. E a realidade é que esta medida isolada não corresponde, nem de longe nem de perto, ao grave problema que Santa Maria da Feira tem no que diz respeito ao custo elevado da habitação. Se no momento em que os preços do mercado imobiliário cada vez mais sobem consecutivamente, de anos para cá, o valor real do salário cada vez mais desce, e, se antes o problema da habitação pública do Concelho já era gritante, agora piorou. -- A Estratégia Local de Habitação, que tanto se fala nestas assembleias municipais, já tem pó de quanto tempo está guardada sem a Câmara Municipal pegar nela. Se o atual Executivo mantiver este rumo de inação, o



---

pobre do papel nunca sairá da prateleira. Acreditamos que é tempo, uma vez por todas, de cumprir pelo menos aquilo que está estipulado na Estratégia Local de Habitação. É o mínimo que o Bloco exige no que diz respeito ao bom senso que temos que ter perante as pessoas que têm problemas habitacionais no nosso Concelho.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que questionou se, na consulta ao mercado em apreço, já estão definidas as freguesias para a instalação das famílias e se já estão esgotadas todas as hipóteses existentes no Concelho, comentando que, pelo que o Chega sabe, ainda existem apartamentos de habitação social, como em Fiães, que estão desocupados. -----

Perguntou quais os critérios que vão ser utilizados para a atribuição das casas, e se tudo vai ser tratado dentro dos gabinetes ou se os técnicos vão ao local conhecer essas famílias para perceberem se elas realmente vivem em condições indignas. -----

Concluindo, questionou quem são os novos moradores e quais as suas nacionalidades, e se tais pessoas vão, ou não, pagar renda, perguntando em que moldes é que as casas vão ser dadas aos novos moradores. -----

-----  
Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse que, face ao flagelo da habitação e da carência que existe no território a esse nível, considera importante o envolvimento das freguesias, assim como ver esclarecidos os critérios de aquisição dos imóveis por parte do Município. Referiu que isso é importante para se encontrarem soluções e, também, para ajudar à demografia de algumas freguesias, dando vida a algumas zonas que estão a ficar desertificadas. -----

Concluindo, disse que queria que esses critérios fossem tomados em atenção e que houvesse um trabalho, de proximidade e de envolvimento, com as juntas de freguesia, pois são elas que conhecem, melhor do que ninguém, a realidade dos seus territórios. -----

---



Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos, começando por dizer que o Município não tem imóveis públicos para atribuir porque, se tivesse, não os iria comprar. -----  
Sobre os dados serem de 2011 disse ser verdade pois, na altura, os dados que estavam publicados eram relativos aos Censos de 2011. Referiu que, contudo, não foram os dados dos Censos que serviram de base ao trabalho que foi feito pela Câmara, focando que há um trabalho permanente de acompanhamento das famílias que é feito pela Divisão Social da Câmara, quer nos bairros sociais quer noutros contextos. -----  
Deu nota que a Câmara não conhecerá todas as situações, mas que tem uma informação muito forte sobre o que acontece e tem identificadas as situações, ressaltando que, apesar da Estratégia Local de Habitação ter sido feita por uma empresa externa, todo o trabalho de campo foi feito com os dados que a Câmara já tinha e com o acompanhamento dos técnicos camarários. -----  
Referiu que a Estratégia Local de Habitação diz respeito a um investimento a fundo perdido de pouco mais de 8 milhões de euros, mas que isso é muito escasso, realçando que a intenção do Executivo é, à medida que for conseguindo executar a Estratégia, depois alargá-la. -----  
Salientou que, como foi dito pelo membro Job Silva, foram identificados como prioritários mais de 400 fogos, mas que ainda há muitas dúvidas sobre o modo de avançar para a aquisição das casas, dando nota que, em reunião com o Sr. Ministro, os presidentes de Câmara manifestaram a vontade de comprar bens futuros, ou seja, fazer um concurso público e, depois, o empreiteiro que ganhar o mesmo ter de entregar à Câmara, por exemplo, 50 apartamentos depois de feitos, e só então a autarquia os pagaria. Referiu que esse proceder levanta algumas dúvidas legais, dando nota que o Município de Vila Nova de Gaia está a avançar com o processo nesses moldes, mas que terá havido dúvidas jurídicas da parte do Tribunal de Contas, acrescentando que, se tal se verificar possível, considera que



será a forma mais rápida porque, caso as autarquias tenham de fazer a compra do terreno, o projeto de execução, o concurso para a execução da obra e a realização da mesma, demorará anos. -----

Salientou que este é um ponto de partida e que a ideia é ir mais longe, se houverem outros mecanismos legais que o permita, pois o concelho de Santa Maria da Feira atravessa um momento de grave carência de habitação, tanto para aquisição como para arrendamento. -----

Referiu que, fruto da estratégia de desenvolvimento económico, o Concelho tem tido muito investimento que atrai trabalhadores, havendo muitas pessoas de fora do Concelho que trabalham no concelho de Santa Maria da Feira e que pretendem vir morar para o Concelho, mas não arranjam casa, comentando que a Câmara está preocupada com esta questão e vai tentar dar a devida resposta. -----

Sobre a questão das nacionalidades, disse que não faz ideia nenhuma da nacionalidade das pessoas e que não está preocupado com isso. -----

Informou, ainda, que estão identificadas as necessidades em todas as freguesias. -----

Concluindo disse que, quem tiver dúvidas a respeito da Estratégia Local de Habitação, pode ir ao portal do Município consultar esse documento, onde está tudo explicado. -----

-----

Interveio novamente o membro **Job Silva** (PS) que pediu ao Sr. Presidente da Câmara que lhe respondesse objetivamente à pergunta que havia feito, em que questionou ao Sr. Presidente da Câmara se pretende dar continuidade ao programa ou não, porque todos já perceberam que, infelizmente, aquilo que vai ser feito pelo Município ainda é insuficiente para as necessidades existentes, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** respondeu dizendo que já tinha respondido a essa questão, reforçando que o Executivo tenciona dar continuidade ao programa e, se houver condições para tal, ultrapassar as 400 e tal casas que estão previstas porque o

---



Município precisa de mais do que isso.-----

Posto isto, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD:28, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, IND) e 1 abstenção (CDU), autorizar a Câmara Municipal, para efeitos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a proceder à consulta ao Mercado nos termos e condições da deliberação camarária em referência.-----

Saiu o membro *António Valdemar Ribeiro*.-----

**6 – Informações prestadas pela Concessionária Indaqua Feira, SA**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 16 de agosto de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que começou por interpelar o Executivo acerca da não menção nos documentos em apreço, por parte da Indaqua Feira, de que continua por não cumprir o contrato de concessão, continuando a não ligar a rede de saneamento público de diversas ruas do concelho, como por exemplo as ruas no centro da freguesia de São Paio de Oleiros. Concluindo, questionou qual é a opinião do Executivo acerca desta matéria.-----

Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que disse não ter conseguido ver nos documentos a taxa de cobertura da rede de água e de saneamento, salientando que a CDU gostaria de conhecer esses elementos.-----  
Disse saber que ainda existem muitos fogos que não têm estes serviços,





realçando que a Rua do Monte, em Sanguedo, é um exemplo gritante de uma rua que ainda não tem a ligação à rede pública de saneamento. -----

-----  
Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que começou por dizer que, apesar do assunto não ser para votação, é importante e merece alguma discussão. Referiu que o contrato, como foi definido, estava baseado num tempo e numa era em que havia água em abundância e, por isso, é que se definiu um modelo típico de Parceria Público-Privada (PPP), a que se chama de PPP das águas, em que é o consumidor que paga os investimentos que a concessionária fez. -----

Disse que o problema é que ficou definido, desde o início, que seriam necessários cerca de 120 metros cúbicos por ano para que o investimento se tornasse realizável, mas a verdade é que as famílias, empresas e instituições não estão a consumir tal quantidade, daí ter sido necessário fazer os aditamentos ao contrato. Salientou que a nova realidade impõe que as pessoas venham a consumir ainda menos do que fazem atualmente, pelo que considera ser mais ou menos evidente que, nos próximos anos, seja quem for o presidente da Câmara, terá que se deparar com um novo contrato de reequilíbrio financeiro da empresa e lidar com novos aumentos do preço da água. -----

Referiu que também não se pode cair em demagogias porque a água é um bem escasso, fundamental e muito precioso para a vida, pelo que entende que também não se pode transmitir a ideia de que a água pode ser barata. Disse considerar que a água tem que ter um preço razoável, comentando que muito daquilo que é feito pelo país fora também não é correto, dado que muitas das empresas municipais de água estão a ser subsidiadas. -----

Concluindo, questionou se o Executivo está a prever acautelar esta situação junto das famílias, empresas e instituições, pois ter-se-á de reduzir os consumos de água, de forma a providenciar-lhes soluções tecnológicas que lhes permitam ter um consumo de água muito mais



eficiente. -----  
-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os esclarecimentos solicitados, que começou por informar que as taxas de cobertura das redes de abastecimento de água e de saneamento são cerca de 98% e 92%, respetivamente. -----

Sobre a questão da Indaqua não fazer a rede numa rua em São Paio de Oleiros, disse que a Indaqua cumpriu na íntegra com o plano de investimentos que foi feito há mais de 20 anos, o qual indicava as ruas que iriam ter rede de água e de saneamento, comentando que, nesse aspeto, o processo correu bem. -----

Salientou que, muito pontualmente e principalmente no que respeita à rede de saneamento, existem situações de arruamentos que, por razões técnicas ou até por uma expropriação que se torna complexa, não é possível efetuar a rede, dando nota que a Câmara está a fazer muitas extensões da rede que já não compete à Indaqua fazer, para tentar resolver estes casos, especialmente os mais prementes. -----

Deu nota que nos Estados Unidos da América, por exemplo, o objetivo é atingir 85% de cobertura, o que significa que há 15% das casas que nunca terão rede precisamente por causa destas questões técnicas, porque são casas isoladas que ficam num buraco em que não se consegue tirar de lá o saneamento, ou em que ficaria muito caro fazê-lo, ressaltando que, nestas situações, a fossa séptica ainda é uma solução razoável. -----

Concluindo a sua intervenção disse que o território concelhio tem características muito próprias, com uma orografia complexa, tendo muitos altos e baixos, reafirmando que, por vezes, retirar o saneamento de uma casa que fica numa parte baixa é muito complexo e muito dispendioso, pelo que, nesses casos, a fossa séptica ainda resolve. -----  
-----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu por terminado o presente



ponto, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento e apreciado as informações prestadas pela Concessionária Indaqua Feira, SA, designadamente o Relatório e Contas relativo ao ano de 2021, o Relatório de Exploração do ano de 2021 e atas de reuniões do conselho de administração e assembleias gerais e certidão atualizada da Conservatória do Registo Comercial. -----  
-----

**7 - Informação prestada pela Suldouro, SA**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 16 de agosto de 2022 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----  
-----

Verificando que nenhum membro pretendeu intervir a respeito desta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento da informação prestada pela Suldouro, SA, designadamente o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2021 e a certificação legal de contas. -----  
-----

*Reentraram os membros António Perestrelo de Lima e António Valdemar Ribeiro.* -----  
-----

**8 - Alteração de postura de trânsito - Mosteirô**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 29 de agosto de 2022 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----  
-----

Instrui o assunto a informação técnica e respetivo anexo a que alude a deliberação camarária em referência - que se dá aqui por reproduzida e



fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 51 votos a favor (PSD:29, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a alteração da postura de trânsito da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, com implicações na Rua da Murtosa (extinta freguesia de Mosteirô), nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

**9 – Alteração de postura de trânsito – São João de Ver** -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 29 de agosto de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Instrui o assunto a informação técnica e respetivos anexos a que alude a deliberação camarária em referência – que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 51 votos a favor (PSD:29, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a alteração da postura de trânsito da freguesia de São João de Ver, com implicações na Rua do Carvalho, Rua Mestre Júlia, Rua da Gândara, Travessa Doutor Francisco Sá Carneiro e Rua da Fonte Seca, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----



Reentrou o membro Nuno João Albergaria. -----  
-----

**10 – Alteração de postura de trânsito – Fiães** -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 12 de setembro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----  
-----

Instrui o assunto a informação técnica e respetivo anexo a que alude a deliberação camarária em referência – que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----  
-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD:30, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a alteração da postura de trânsito da freguesia de Fiães, com implicações na Rua Central, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----  
-----

**11 – Alteração de postura de trânsito – Sanguedo** -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 12 de setembro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----  
-----

Instrui o assunto a informação técnica e respetivo anexo a que alude a deliberação camarária em referência – que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----  
-----



Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD:30, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a alteração da postura de trânsito da freguesia de Sanguedo, com implicações na Rua 1.º de Maio e na Rua 25 de Abril, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

**12 - Alteração de postura de trânsito - Santa Maria de Lamas** -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 12 de setembro de 2022 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Instrui o assunto a informação técnica e respetivo anexo a que alude a deliberação camarária em referência - que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD:30, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a alteração da postura de trânsito da freguesia de Santa Maria de Lamas, com implicações na Rua da Relva da Mata, Travessa da Relva da Mata I, Travessa da Relva da Mata II e Viela da Relva da Mata, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

A deputada municipal **Susana Correia** (PS) fez a seguinte declaração de



voto:-----

“Tem sido prática do grupo municipal do Partido Socialista, na Assembleia Municipal, relativamente à votação sobre as posturas de trânsito, ter em boa nota a informação técnica, dos técnicos da Câmara Municipal, que nos é fornecida. -----

Relativamente à alteração à postura de trânsito para a Rua da Relva da Mata, Travessa da Relva da Mata I, Travessa da Relva da Mata II e Viela da Relva da Mata, de Santa Maria de Lamas, a informação técnica diz: mais se acrescenta que a Divisão de Rede Viária e Trânsito apresentou a mesma à junta de freguesia, não tendo sido demonstrada qualquer objeção ao aqui proposto. -----

O Partido Socialista relembra que esta foi uma das situações que gerou questões desagradáveis, pouco éticas até, em altura eleitoral, pelo que gostava de salvaguardar que estas situações de posturas de trânsito tenham tido algum cuidado e sejam trazidas à Assembleia Municipal sempre que é o momento da sua alteração no local, como assim é decidido municipalmente.”-----

-----  
O membro **Eduardo Couto** (BE) apresentou, por escrito, declaração de voto cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“No que diz respeito ao ponto da alteração do sentido de trânsito em Santa Maria da Lamas, o Bloco vota favoravelmente esta proposta, mas reitera a necessidade de as populações serem ouvidas antes de serem aplicados critérios técnicos em matéria de alterações de postura de trânsito. -----

Mais dizemos que é sabido que no caso em apreço da rua da Relva da Mata desde o início que os moradores se manifestaram contra o sentido único nesta via.-----

Tendo esta situação, aliás, levado a um episódio caricato que envolveu a retirada dos sinais de trânsito nesta via por parte do candidato do PSD à Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas na campanha eleitoral das



últimas autárquicas.-----  
Ora ficamos todos a saber que durante aproximadamente um ano existiu uma irregularidade na sinalética daquela rua, situação que poderia ter tido consequências em caso de algum acidente. Tudo isto poderia ter sido evitado se tivesse havido o bom senso que existe agora de recolocar a postura de trânsito na situação anterior à intervenção que foi feita na via.”

-----  
**13 - Alteração do ponto 1 do artigo 26.º dos estatutos da ENERGAIA---**

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 12 de setembro de 2022 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

-----  
Acompanha a deliberação camarária em referência a ata n.º 52 do dia 25 de maio de 2022, que aprovou a alteração do ponto 1 do artigo 26.º dos Estatutos da ENERGAIA - cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

-----  
Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que pediu ao Sr. Presidente da Câmara que justificasse o porquê do aumento de 400% da quota anual da associação em questão.-----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que esclareceu que não há aumento, salientando que os associados vão continuar a pagar o que já pagavam. Deu nota que, anteriormente, havia uma quota fixa e uma quota que era extraordinária, e com a alteração vai passar a haver somente uma quota fixa. Disse que a quota anual que o Município de Santa Maria da Feira paga é de 40 mil euros, e que já era esse o valor que pagava, esclarecendo que os 200 mil euros são no total dos associados.-----





Submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD:30, PS:16, CDS-PP, CH, IND) e 3 abstenções (BE, IL, CDU), aprovar a alteração do ponto 1 do artigo 26.º dos estatutos da ENERGAIA, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

**14 - 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano** -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 12 de setembro de 2022 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que começou por dizer que, apesar da matéria em apreço ser uma questão técnica, não deixa de ser impressionante que o Executivo, sendo esta a quarta oportunidade de corrigir as graves e profundas falhas do Orçamento para 2022, tenha decidido não o fazer. Referiu que, por quatro vezes, a Câmara Municipal poderia disponibilizar verbas para melhorar os transportes públicos, para responder ao problema da habitação, para criar espaços culturais, para aumentar os apoios sociais e tantas outras medidas, e, ao invés disso, opta por fazer as meras alterações cirúrgicas que a lei obriga. -----

Salientou que, atravessando-se um momento de crise, que se agoniza, tal opção é um erro grave, pois cada vez mais as dificuldades económicas batem à porta das gentes do Concelho. Disse que a Câmara falha, outra vez, uma oportunidade que tinha para trazer a esta Assembleia medidas para responder à crise que os feirenses, tal como o país, atravessam. -----

Concluindo a sua intervenção, realçou que a história julgará esta quarta perda de oportunidade e dirá que, num momento em que o Governo falha,



o Executivo também falha.-----

-----  
Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) que disse querer fazer uma pequena observação porque considera que o Bloco de Esquerda não deve ter percebido o que estava a discussão, fazendo notar que as Grandes Opções do Plano para 2023 serão discutidas na próxima sessão da Assembleia. Referiu que a retificação orçamental em apreço tem um carácter sobretudo técnico, pelo que lhe parece descabido estar a questionar as opções do Plano para 2022, que foram discutidas em 2021, assim como discutir o Plano para 2023, cuja discussão ocorrerá oportunamente, na próxima sessão.-----

Concluindo, disse que o Bloco de Esquerda atua à base da cassete, dizendo sempre a mesma coisa para ver se cola, comentando que, felizmente, em Santa Maria da Feira não tem colado.-----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por explicar que o Orçamento é um documento previsional onde são registadas todas as despesas e as receitas que se prevê que o Município vai arrecadar no ano seguinte, o que significa que, mesmo sem falar da guerra e da pandemia de Covid, está sujeito a alguma imprevisibilidade. Salientou que quem lida com as questões da contratação pública, da execução dos projetos e das obras, sabe que tal imprevisibilidade acontece invariavelmente.-----

Concluindo disse que, desde que iniciou a sua carreira política, colocou sempre à frente duas regras, que é calar-se quando não sabe do que fala, assim como usar de humildade, pois a mesma faz bem a todos.-----

-----  
Submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 47 votos a favor (PSD:30, PS:16, IND) e 5 abstenções (BE, CDS-PP, IL, CH, CDU), aprovar a 4.<sup>a</sup> alteração modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – documento cujo teor se dá

---



aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

**15 - Fixação da Derrama para o ano de 2023 (rendimento gerado em 2022)**-----

**16 - Fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI - a cobrar em 2023 - ano de imposto 2022**-----

**17 - Fixação da participação do Município no IRS dos sujeitos passivos, relativa aos rendimentos do ano de 2023**-----

**18 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem - TMDP 2023**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado em sede de Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos à votação em separado – o que teve a aceitação da Assembleia. De seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 12 de setembro de 2022 e restante documentação que as acompanha – oportunamente disponibilizadas aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que, aludindo à derrama para o ano de 2023, referiu que, como dito no ano anterior, a CDU concorda com a proposta da Câmara, mas também entende que, como incentivo, devia haver uma terceira taxa na derrama com o valor de 0,5% para as empresas que não utilizem mão de obra precária, que não tenham diferenciação salarial entre homens e mulheres, que não tenham a maioria dos seus trabalhadores a receberem o salário mínimo nacional, que assegurem a conciliação efetiva entre a vida familiar e profissional, e que cumpram todos os direitos dos trabalhadores, nomeadamente no âmbito da parentalidade. Disse lamentar que ainda não tenha sido neste momento que o Executivo tenha acedido a esta recomendação da CDU, a qual iria



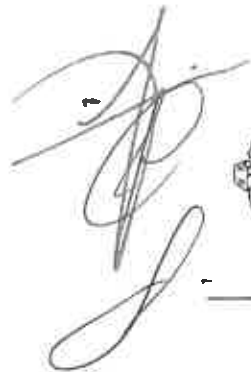
beneficiar as empresas que não utilizam mão de obra precária. -----  
Sobre a taxa de IMI disse que a CDU está consciente que a receita proveniente desse imposto é imprescindível para o Município e concorda com o benefício fiscal para os prédios situados na zona envolvente ao aterro sanitário. Fez notar que o único ponto com o qual a CDU não pode concordar é com a beneficiação que é dada tendo em conta o número de dependentes do agregado familiar, uma vez que não beneficia as famílias mais necessitadas, mas sim aquelas que têm mais possibilidades económicas, pois são essas que, nos dias correntes, possuem mais filhos, e, simultaneamente, têm habitações com um valor patrimonial maior. -----  
Concluindo a sua intervenção informou que a CDU, quanto aos pontos em discussão, se iria abster. -----

-----  
Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Quando este assunto veio cá no ano passado, com as propostas de taxas para 2022, a nossa posição foi clara, estivemos contra. Como se trata de uma proposta exatamente igual para 2023, a nossa posição é exatamente a mesma com uma agravante, que é a situação e o contexto económico e social concreto em que vivemos hoje. -----

Num período de grande crise económica e social, acreditamos que os municípios devem conter os seus gastos, serem parcimoniosos nas suas despesas, deixando o dinheiro onde ele faz mais falta, ou seja, no bolso das famílias e no bolso das empresas que o ganham. -----

Com os preços a subir, o mesmo valor de taxas gerará, obviamente, efetivamente, uma receita extraordinária para o Município. O Município tem o exclusivo legal de autoridade no que diz respeito a estas taxas de impostos, e deve usar este poder com cuidado e ao serviço das populações. Estamos contra esta opção recorrente de aplicar as taxas máximas de impostos que dependem da sua decisão. -----



Imposto a imposto. -----

Em relação à Derrama a proposta é manter o valor de 1,5 % sobre o lucro tributável. A nossa proposta, que já foi também aqui apresentada, é que haja uma isenção total de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150 mil euros, que é a maioria das empresas do concelho, baixar a derrama dos atuais 1,5 para 1% sobre o lucro tributável sujeito a IRC, e isenção da derrama para as empresas que criem emprego no Município e sobre as quais o imposto incida. -----

Em relação ao IMI, mais uma vez este imposto vai fazer com que Santa Maria da Feira esteja a cobrar acima da média da Área Metropolitana, acima, por exemplo, dos maiores municípios, como Porto e Matosinhos, em termos de mercado imobiliário, municípios com um mercado mais dinâmico do que o nosso. -----

Estamos contra, propondo a redução do IMI para os prédios urbanos dos atuais 0,365% para a taxa mínima de 0,3%, tal como acontece na maior parte dos municípios em Portugal. Minorar até 30% da taxa em áreas territoriais definidas, correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de Operações de Reabilitação Urbana, ao combate à desertificação. -----

Há pouco falávamos da Estratégia Local de Habitação do Município de Santa Maria da Feira, e o Sr. Presidente disse que ela está válida, que se deve aplicar. Então, se o Município quer mesmo aplicar essa Estratégia, e está a falar dele próprio, daquilo que defende para este Concelho, devia seguir aquilo que está lá escrito, que diz explicitamente, na estratégia municipal de Santa Maria da Feira para habitação, que, neste Município e neste contexto, devem-se reduzir as taxas do IMI, que é uma hipótese de apoiar, de facto, a habitação no Concelho, sejam as de construção, para intervenções de reabilitação do edifício e para a promoção de habitação para arrendamento. É um caminho já testado, e com sucesso, e que pode igualmente ser seguido no município de Santa Maria da Feira, basta seguir



aquilo que ele próprio defende nos seus documentos estratégicos.-----  
Em relação ao IRS, numa altura em que Portugal é o país da Europa Ocidental onde se recebe os salários mais baixos e onde se paga uma das cargas fiscais mais elevadas, mantemos a taxa máxima, superior à maioria dos municípios vizinhos. Num período de crescimento histórico de inflação e de perda de compra das populações, estamos a castigar as pessoas com a taxa máxima de IRS neste concelho. -----

Queremos anunciar que vamos votar contra, somos contra estas exageradas taxas apresentadas, e, neste contexto em particular, defendemos a redução dos valores propostos.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Vou começar como o Carlos Martins também começou. É curioso, porque a questão de princípio é exatamente essa. O ano passado nós já defendíamos a redução dos impostos municipais, portanto, por maioria de razão, este ano voltamos a defendê-los porque, apesar das circunstâncias serem, de facto, voláteis, ainda assim a situação financeira da Câmara Municipal é estável. É estruturalmente estável em termos das receitas e das despesas que tem, são decorrentes, está constantemente acima das dezenas de milhões de euros e não se prevê que venha a ficar abaixo disso. E, portanto, existem condições, tal como referimos no ano passado, voltamos a referi-lo este ano, para reduzir gradualmente os impostos. Nós não estamos a falar de uma redução brutal dos impostos. Nós, aqui, também acompanhamos a postura do executivo municipal, de que os impostos são para se reduzir gradualmente, paulatinamente, com peso, conta e medida, de tal maneira que se possa ir medindo os efeitos da redução destas taxas na arrecadação da receita. -----

E, por vezes, mesmo que se reduzam as taxas, a arrecadação da receita não cai, aliás, como se verificou na questão do IMI, porque nós temos um



volume crescente de imóveis a entrar a pagamento, digamos assim. -----  
Portanto, tendo, grosso modo, três taxas para discutir, nós entendemos que aquela que deve merecer a nossa principal e prioritária atenção é, de facto, o IMI. É um imposto que é, muitas vezes, percecionado como injusto pelas famílias e, portanto, havendo oportunidade de se mexer, seria preferencialmente nesse imposto. -----

Depois, temos a questão da participação no IRS. E essa devolução do Estado ao Município, quanto a nós, carece de um problema de fundo, de base, digamos assim, legal, porque não permite fazer uma desagregação da devolução em função do nível de rendimentos. E, portanto, tendo de ser a devolução feita de forma transversal para toda a gente, o imposto sendo progressivo, se a devolução for transversal, ele reduz a sua progressividade, e nós não achamos isso correto, não achamos que é a melhor maneira de fazer a devolução. E, portanto, enquanto isto se mantiver assim, parece-me pouco provável que a nossa opção sobre este imposto possa vir a mudar, para além de que a devolução que iria ter para cada munícipe seria muito pouca e, para o Município, traduzia-se numa perda substancial de receitas.-----

Em relação à derrama há novos dados, há mais informações. No ano passado, fiz questão de solicitar ao Executivo, até usei o termo “por favor”, para nos fazer chegar essa informação, da desagregação das receitas da derrama em função do volume de negócios das empresas. E, finalmente, temos essa informação. Sabemos que, em 2021, as empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros contribuíram com derrama municipal, sensivelmente, 147 mil euros. Portanto, muito pouco, num total de mais de 4 milhões de euros. O que quer dizer que as empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros valem 3% dessa derrama, e se falarmos no total do orçamento vale menos de 1%. Estamos a falar de tostões, são tostões, verdadeiramente e, portanto, sendo tostões, esta era a oportunidade do Sr. Presidente fazer jus àquilo que defende, que é,



pagamos demasiados impostos e existem condições para os reduzir. Esta é uma oportunidade, porque reduzir-se esta taxa para zero, eliminá-la, traduzir-se-ia num benefício maior do que numa perda, porque a perda seriam 147 mil euros, 3% da receita da derrama, e o benefício reputacional para o município era muito grande uma vez que dava um sinal às empresas que cá estão hoje, e a outras que podem querer vir, de que vale a pena vir para cá, porque até são tratadas de forma diferenciada. -----  
E, portanto, eu bem sei que a proposta é esta, isto é um pró-forma, vai ser esta a proposta a ser votada. Eu até creio que, provavelmente, não teriam esta informação na vossa posse, mas, no próximo ano, acho que existem todas as condições para isentar as empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros desta taxa, porque estamos a falar de tostões.” –  
Fim de citação-----

-----  
Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“No que concerne à derrama, o Bloco já se manifestou no passado. Acompanha a redução da taxa proposta pelo Executivo para empresas com volume de negócios abaixo de 150 mil euros, principalmente em momentos como aqueles que atravessamos. -----

Porém, deixamos a ressalva que consideramos que a Câmara poderia ir mais longe, uma vez que a Lei das Finanças Locais o permite. O Município de Santa Maria da Feira podia, assim, criar e apresentar a esta casa um regulamento com critérios baseados na isenção ou redução da derrama, que contemplassem boas práticas laborais, salários dignos, baixa pegada ambiental e muitos outros fatores. -----

O Bloco lança por isso o repto à Câmara Municipal para que, no ano de 2023, as senhoras e senhores deputados venham aqui debater este mesmo regulamento, de modo a termos uma clareza e justiça fiscal melhores no concelho de Santa Maria da Feira. -----

---





Ora, no que diz respeito ao Imposto Municipal sobre Imóveis, o Bloco considera que a Câmara falha ao não baixar significativamente este imposto num momento de aperto nas contas das famílias do concelho de Santa Maria da Feira. Mais consideramos que é um erro crasso que o Município não aplique mecanismos que o Código do IMI prevê, como, por exemplo, a majoração para prédios devolutos e degradados, que são uma praga no concelho de Santa Maria da Feira e um pouco por todo o País. Ou, então, a majoração para imóveis que não sirvam para viver, ou seja, aquelas casas vazias no Município, onde o preço por metro quadrado não para de aumentar nos últimos anos.-----

Estes são apenas dois exemplos de como a Câmara podia utilizar os meios legais ao seu dispor, para ter uma atitude pedagógica e justa com a população do Concelho. Ao invés disso, como em outros assuntos, opta pelo facilitismo de regulamentar sem uma visão ampla, ignorando a questão social que está sempre inerente a qualquer imposto.” – Fim de citação.-----

-----  
Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que começou por dizer, sobre a derrama, que o Chega considera que, para as empresas que não ultrapassem um volume de negócios de 150 mil euros, a taxa devia ser alterada para os 0,75%. Referiu que, estando-se sempre a tentar captar mais tecido industrial para Santa Maria da Feira, como diz o Sr. Presidente da Câmara, poder-se-ia isentar do pagamento de taxas, nos dois primeiros anos, as novas empresas que se instalem em Santa Maria da Feira e que também tenham a sede no Concelho.-----

Em relação ao IMI, referiu que o Chega entende que a taxa devia passar para 0,3%, até porque se atravessa uma época de saída da pandemia de Covid-19 e também um período de guerra, pelo que não se percebe qual será o futuro.-----



Interveio o membro **Ángelo Santos** (CDS-PP) que começou por dizer que, nos últimos anos, viu-se o Município a começar a diminuir algumas taxas de imposto, principalmente do IMI, comentando que, dado se viver numa situação de pós-pandemia e face à valorização que o património tem tido em Santa Maria da Feira, nunca seria uma perda de receita caso o Município baixasse a taxa de IMI, mas sim um sinal que dava aos feirenses de que está atento, preocupado e presente, aliviando, por pouco que fosse, as dificuldades que eles têm. -----

Referiu que, dada a situação conjuntural que se vive, era uma oportunidade que o Município tinha para, tanto na Derrama como no IMI, continuar a descer as taxas que cobra. -----

Concluindo a sua intervenção informou que, quanto à participação no IRS e à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, iria votar favoravelmente, mas, quanto à Derrama e ao IMI, iria votar contra. -----

Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) que disse que a Oposição veio afirmar, conforme era esperado, que se devia diminuir a taxa da maior parte dos impostos. Acerca disso referiu que, como é evidente, todos desejariam que os impostos fossem mais baixos, não só os municipais como, sobretudo, os nacionais, pois esses são muito mais preocupantes. Salientou que, contudo, é preciso conjugar essa vontade com a responsabilidade que acarreta exercer um cargo político, no caso em concreto, gerir uma Câmara Municipal. -----

Referiu que, traduzindo-se a descida dos impostos necessariamente na diminuição da receita, a Oposição devia deixar muito claro, nas propostas que apresenta, aquilo que o Município devia cortar na despesa para, em alternativa, fazer o proposto, mas que falha sempre nesse critério fundamental. -----

Disse ser verdade que 2022 é um ano particular para as famílias, mas que também não deixa de o ser para os executivos camarários, salientando que



se é verdade que, para as famílias, os custos com a energia aumentaram muito, o mesmo se aplica para as autarquias locais, que continuam a ser o parente pobre do poder político em Portugal.-----

Realçou que as autarquias continuam a se fazer valer, muitas vezes, deste tipo de receitas para fazer face às despesas correntes, dando nota que, para além do aumento das despesas correntes, como as tidas com o gás, eletricidade e outras, o Município também vai sofrer com o aumento dos custos das empreitadas, ou seja, com o aumento das despesas de capital.--  
Concluindo a sua intervenção lembrou que, ainda recentemente, houve uma descida na taxa do IMI, realçando que o Executivo ao não proceder a nova descida, neste momento, revela prudência nas contas, prudência essa que é do interesse da Pólis.-----

-----  
Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por dizer que, na discussão destas matérias, é preciso ter noção da responsabilidade que é gerir a coisa pública, realçando que se atravessa um período de grande incerteza. Disse ter achado algumas sugestões muito interessantes, realçando que, como referido pelo membro Daniel Gomes, a receita de derrama de 147 mil euros relativa às empresas com volume inferior a 150 mil euros é uma gota no oceano, comentando que, contudo, por vezes já não é uma questão do valor em si, mas sim de que todos devem contribuir, por muito pouco que seja.-----

Referiu também que, desde que é Presidente da Câmara, o Município já reduziu a taxa de IMI por duas vezes, recordando que a taxa tinha de ser fixada entre o intervalo de 0,3% a 0,5% e, depois, o Estado diminuiu a taxa máxima para 0,45%, fazendo sobressair que a taxa atual aplicada no Município é de 0,365%, portanto, mais de 50% inferior ao valor máximo, o que denota a preocupação que o Executivo tem a este respeito. Fez ainda sobressair que o Código do IMI já tem exceções para as famílias carenciadas, em função do rendimento do agregado familiar e do valor do



imóvel.-----  
Salientou que o Município também vai sofrer muito com o aumento dos preços, dando nota que, para se ter uma noção, a fatura da energia vai mais do que triplicar, passando de 3 milhões e tal de euros para 11 milhões de euros, dizendo ser esse o valor que será orçamentado para 2023.-----

Referiu que outro exemplo é o das refeições escolares, informando que o Município pagava menos de 1,5 € por refeição e, agora, adjudicou por mais de 3 euros, acrescentando que, quanto às empreitadas, todas elas estão a aumentar os preços na casa dos 40%, 50%, 60%, comentando que a vida não vai ser fácil para ninguém. Disse que, nos transportes públicos, o preço por quilómetro que foi definido na altura da adjudicação era, para Santa Maria da Feira, de 1,40 € por quilómetro, mas que tem quase a certeza que, quando os operadores começarem a operar no Concelho, o preço vai superar os 2 euros por quilómetro.-----

Reforçou que é importante ter consciência que, tanto na gestão pública como nas casas de cada um, é preciso que todos comecem a poupar porque a situação é extremamente complexa, salientando que, no caso do Município, o aumento da receita fiscal não é significativo. Realçou que quem está a beneficiar largamente com o aumento da receita fiscal é o Estado Central e que, para comprovar isso, basta ver o caso dos combustíveis, comentando que esse é um imposto brutal cuja receita os municípios nem sequer a cheiram. Disse que outro exemplo é a iluminação pública, em que o Município paga 23% de IVA sobre a eletricidade, e que outro é a taxa de audiovisual, que é preciso pagar até por cada semáforo, frisando que estes são exemplos de impostos cuja receita vai toda para o Estado Central.-----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara reforçou que o Município tem de fazer uma gestão financeira muito prudente porque vai precisar de receita para dar resposta às exigências que vão aparecer, para



apoiar os mais carenciados, para cumprir os planos de investimento, para captar os fundos comunitários, comentando que os sinais estão todos presentes e que é preciso olhar muito bem para eles, pois não vai ser fácil. -

-----  
Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

*15 – Fixação da Derrama para o ano de 2023 (rendimento gerado em 2022) -*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor (PSD:30, BE), 19 votos contra (PS:15, CDS-PP, IL, CH, IND) e 2 abstenções (CDU, PS:1 – Francisco Andrade), autorizar a Câmara Municipal a lançar uma derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. -----

Deliberou, também, sob proposta da Câmara Municipal, lançar uma taxa reduzida de derrama de 1% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €. -----

-----  
*16 – Fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI – a cobrar em 2023 - ano de imposto 2022 -----*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor (PSD), 18 votos contra (PS:13, BE, CDS-PP, IL, CH, IND) e 4 abstenções (CDU, PS:3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade), fixar, sob proposta da Câmara Municipal, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para prédios urbanos em 0,365%. -----

Deliberou, também, minorar em 30% (máximo legalmente previsto) a taxa de IMI que vigorar, para os prédios situados na zona delimitada no mapa que instrui o processo – que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – e que corresponde à área situada a menos de 1200 metros dos limites do aterro sanitário intermunicipal, em funcionamento e localizado na União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, por força do propósito e dos impactes resultantes da atividade ali



desenvolvida, que se assume como fator potenciador do abandono das áreas localizadas na área circundante, bem como num desincentivo à manutenção ou fixação da população e de atividades económicas, podendo, a curto prazo, provocar a diminuição da população numa freguesia que, por força da sua localização geográfica, bem como da sua matriz eminentemente rural, apresenta já densidades populacionais mais baixas que o restante território do Concelho. -----

Deliberou, ainda, fixar uma redução da taxa de IMI, atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar, nos seguintes termos: --

1 dependente: 20,00 €;-----

2 dependentes: 40,00 €;-----

3 ou mais dependentes: 70,00 €.-----

*17 – Fixação da participação do Município no IRS dos sujeitos passivos, relativa aos rendimentos do ano de 2023-----*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD:30, BE, CDS-PP, CDU), 2 votos contra (IL, CH) e 17 abstenções (PS:16, IND), fixar, sob proposta da Câmara Municipal, em 5% a participação do Município sobre o IRS dos sujeitos passivos com domínio fiscal na respetiva circunscrição territorial.-----

*18 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP 2023-----*

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD:30, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), fixar, sob proposta da Câmara Municipal, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25%.-----

**19 – Operações de Reabilitação Urbana do Município de Santa Maria da Feira-----**

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de



seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 12 de setembro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

-----  
Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que começou por questionar se o Sr. Presidente da Câmara reconhece que esta proposta vem tarde e a más horas, depois de décadas de desvalorização por parte dos demais executivos que deixaram de parte o enorme potencial que tem, por exemplo, a zona do Porto Carvoeiro. -----

Questionou ainda se a Câmara reconhece que está a resolver os erros cometidos nos mandatos anteriores, que permitiram que o Porto Carvoeiro chegasse ao estado de degradação que é visto por todos, apesar do grande potencial que tem aquela zona. -----

Concluindo, perguntou se a Câmara garante que o que vai ser feito no Porto Carvoeiro servirá para as pessoas viverem ali em permanência, ou se apenas servirá para ser visitado durante o mês de agosto ou nas férias. -----

-----  
Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por dar nota que, quando aparecem particulares a querer fazer reabilitação urbana, é preciso que os serviços municipais sejam mais ágeis e haja menos burocracia. -----

Referiu ainda, sobre a questão do IVA a 6%, que só a mão de obra é que é tributada a 6% e que tudo o resto continua à taxa de 23%, comentando que pelo menos é esse o argumento que os empreiteiros usam para se defenderem. -----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que referiu que, se se pretende dar o salto em relação ao que acontece no território, para que Santa Maria da Feira esteja preparada para o futuro e deixe de ser



semirrural, o grupo municipal do PS estranha a desproporção entre as Operações de Reabilitação Urbana (ORU) de natureza simples, mais focadas na reabilitação pura e dura do património edificado, e as sistemáticas, que exigem precisamente um investimento público e que acabam por se tornar sistémicas, conseguindo trazer o dinamismo que se quer para o futuro de Santa Maria da Feira, para a coesão do território e da comunidade. Reforçou que o grupo municipal do PS estranha a desproporção entre as 27 ORU de natureza simples e as somente 8 ORU sistemáticas, pelo que gostaria de perceber quais os critérios que conduziram à definição dos limites apresentados, qual a racionalidade desta desproporção e como foi feita a seleção. -----

Concluindo, referiu que era importante perceber essa questão porque, se realmente se quer um futuro melhor para o Concelho, tem de se começar já, comentando que esta seria uma ótima oportunidade para o fazer, mas que a Câmara não está, infelizmente, a saber aproveitá-la. -----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que, sobre o comentário feito pelo membro Eduardo Couto de que as ORU aparecem tarde e a más horas, disse nada ter a dizer quanto a isso, ressaltando que a Câmara já implementou as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) no Concelho há alguns anos, tendo já feito a prorrogação das mesmas durante bastante tempo. -----

Sobre a questão do Porto Carvoeiro, se aquela zona vai ser usada só para passar férias, ou não, disse não saber responder, salientando que isso vai depender das respostas que o mercado vier a dar. -----

Quanto à questão colocada pelo membro Ângelo Santos a propósito do IVA a 6% não abranger tudo, que só abrange a mão de obra e alguns materiais, disse que isso é regulado pela lei, pelo que essa é uma reclamação que tem de ser feita ao legislador. Salientou que, de qualquer maneira, os benefícios fiscais são muito significativos para quem optar por fazer reabilitação





urbana.-----  
Quanto à questão colocada pela deputada municipal Lia Ferreira a propósito da diferença, no que respeita ao investimento, entre as ORU de natureza simples e as sistemáticas, esclareceu que a Câmara está a fazer investimentos na reabilitação urbana em todo o território concelhio, principalmente ao nível da rede viária e, até, de alguns edifícios públicos. --  
Informou que as ORU sistemáticas representam um planeamento muito avançado de reabilitação urbana que o Executivo tem para o Concelho, mas que é preciso ter alguma prudência porque, ao se aprovar as ORU, é preciso ter as respetivas verbas cativas no orçamento municipal. Disse que gostava de já contemplar tudo o que é preciso reabilitar, mas que tinha de ter 100 a 200 milhões de euros para colocar no orçamento, realçando que, portanto, a Câmara vai fazendo à medida daquilo que é intenção de investimento do Executivo para os próximos anos, o que não significa que, daqui por 3 ou 4 anos, não se possa ir a novos territórios ou não possam ser feitas algumas alterações. -----

Concluindo, referiu ser importante esclarecer que, quando fala que o Concelho está a deixar de ser um território rural para ser urbano, não está com isto a dizer que é mau ser rural, mas que a verdade é que o crescimento verificado em alguns centros urbanos tem vindo a transformá-los, passando de uma certa ruralidade para um conceito mais urbano.-----

-----  
De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD:30, PS:16, BE, CDS-PP, CH, IND) e 2 abstenções (IL, CDU), aprovar as Operações de Reabilitação Urbana do Município de Santa Maria da Feira – documentos cujos teores se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas – nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----  
-----



**20 – Plano de Promoção de Acessibilidade (PPA) de Santa Maria da Feira**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 12 de setembro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

-----  
Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse esperar que se consiga cumprir o caderno de encargos referente ao Plano em questão e, acima de tudo, espera que haja uma maior fiscalização na execução das obras. Salientou que, por vezes, há erros fáceis de evitar, os quais causam grandes dificuldades para quem circula, acrescentando que ainda hoje são construídas infraestruturas no território que, devido a esses erros, obrigam a gastos adicionais com reparações, necessitando de duas ou três empreitadas para o mesmo serviço. -----

Concluindo, reforçou que espera que o Plano seja, nos próximos anos, uma realidade em Santa Maria da Feira. -----

-----  
Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que disse lamentar que, em 2022, ainda se tenha que debater questões que, segundo várias leis que foram aprovadas em Assembleia da República, com variadíssimos prazos, deviam estar, há décadas, mais do que resolvidas no Concelho.-----

Disse que este Plano vem tarde e que espera que o destino diga que o Bloco está errado, salientando que tem dúvidas de que o mesmo venha a ser efetivamente cumprido ou venha a resolver, na íntegra, os problemas que existem no Concelho de Santa Maria da Feira.-----

Referiu que, além disto, o BE considera que este assunto é demasiado delicado para uma intervenção pequena, como aquela que foi definida para esta sessão da Assembleia Municipal, e, por isso, propõe à Mesa que, para

---



além da apresentação que já foi feita acerca deste Plano, os autores do mesmo sejam convidados a participar numa próxima reunião da Comissão Permanente ou numa próxima sessão desta Assembleia, de modo a se alargar ainda mais o debate, face à premência da matéria em questão. -----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Finalmente, ao fim de tantos anos, eu pelo menos há 13 anos que peço que Santa Maria da Feira tenha um plano, e sempre foi negado quer em Assembleia Municipal como em reunião de Câmara. Finalmente, temos um arranque. Não é um plano, porque um plano impõe medidas, objetivos a atingir, indicadores de execução e indicadores de monitorização. Não é o que se passa aqui.-----

Mas, congratulamo-nos porque, realmente, é graças ao Partido Socialista que nós tivemos, e vamos tendo, legislação neste âmbito. Foi graças ao Partido Socialista que nós tivemos financiamento para a criação destes planos. E pedimos aqui, em Assembleia Municipal, que a Câmara fizesse a sua candidatura, que teria direito a 300 mil euros para planos. Não quis, infelizmente.-----

Estamos, 10/12 anos depois, a adjudicar diretamente com dinheiro municipal para uma pequena área, que até já tinha sido objeto de estudo no âmbito da Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos, e que até já tinha sido levantada, e que até estas mesmas barreiras já lá constavam. E estamos hoje, na mesma área, a apresentar novamente as mesmas preocupações, porque não foram resolvidas ao longo de 13 anos.-----

Mas, a boa notícia é que, finalmente, o Partido Socialista conseguiu aprovar um financiamento e a Câmara encomendou este plano à pressa para fazer uma candidatura no âmbito do PRR. E estamos hoje, meses depois de as candidaturas terem fechado, porque fecharam em maio, a

---



discutir um plano que até já foi objeto de candidatura. Há aqui qualquer coisa que não está a correr muito bem porque devíamos ter tido voz antes de se ter feito essa candidatura e na altura em que este plano estava a ser feito, porque também queremos ter voz neste plano, porque somos feirenses e porque fomos eleitos pelos feirenses para lhes dar voz. -----  
Portanto, pelo menos a boa notícia é que a Câmara finalmente acordou. Pelo menos, hoje falamos num suposto plano, que nós ainda não consideramos plano, mas que, finalmente, estamos aqui a falar do tema, e até a Câmara aceita falar do tema. Portanto, Sr. Presidente, bem-haja por finalmente aceitar colocar isto na agenda. -----  
Esperemos que este arranque seja o início de um verdadeiro plano, não só para a freguesia de Santa Maria da Feira, mas para todo o Concelho, e que não seja apenas um diagnóstico, seja um plano com objetivos a cumprir e indicadores de execução. -----  
É isso que nós queremos e é para isso que o Partido Socialista se debate, quer no Governo, quer aqui na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse que a IL está, obviamente, de acordo com a existência deste Plano e, especialmente, com a sua implementação. -----

Disse que, contudo, pelo que percebeu, o mesmo apenas se aplica à cidade de Santa Maria da Feira, pelo que pergunta o que é que se passa em relação ao resto do Concelho. Questionou porque é que o Município, quando faz um plano, não o faz para todo o Concelho, ou, pelo menos, para todos os núcleos urbanos do Concelho. -----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos, tendo começado por dizer que regista o grande consenso existente em torno deste Plano. Fez notar que não é a primeira vez que o

---



Município faz um plano para a promoção das acessibilidades, recordando que, numa altura em que ainda era vereador do pelouro das obras municipais, o Município iniciou um processo, com a Eng.<sup>a</sup> Paula Teles, a propósito das acessibilidades aos edifícios públicos. Mencionou que a construção de rampas para acesso aos edifícios da CGD, dos CTT e da própria Câmara Municipal são alguns exemplos desse trabalho, acrescentando que também se procurou dar alguma coerência arquitetónica aos espaços intervencionados. -----

Referiu que este processo é, naturalmente, evolutivo, dando nota que a Câmara aproveitou a candidatura e vai intervir naquela que é a zona mais central de Santa Maria da Feira, comentando que nem diria que se trata de um plano, mas sim de um projeto de intervenção, que tem custos de execução e que vai servir de modelo para futuras intervenções. Fez notar que muito do que está mal feito resultou da falta da sensibilidade para esta temática, mas que algumas situações vão continuar a existir pois não se vai conseguir resolver tudo, realçando que se existe, por exemplo, uma casa construída encostada a um passeio que só tem meio metro de largura, não vai ser fácil implementar ali um passeio com dois metros de largura, que seria o ideal, reforçando que há muitas situações deste género. -----

Sobre a sugestão para se realizar uma sessão de esclarecimento a esta Assembleia sobre o Plano em apreço, disse que já foi feita a apresentação do Plano e que, pelo que julga, os membros da Assembleia Municipal foram convidados, dizendo lembrar-se que o membro Ângelo Santos, entre outros, esteve presente. -----

Disse que o Plano é um ponto de partida e que a intenção é transformá-lo num exemplo de boas práticas para que, depois, as intervenções que se seguirem já tenham uma espécie de guião para as coisas funcionarem bem. Concluindo a sua intervenção informou que quem está a liderar este trabalho é a Eng.<sup>a</sup> Paula Teles, comentando que a mesma será, no país, a pessoa com maior competência e mais experiência na área em questão. -----



De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor (PSD:30, BE, CDS-PP, IL, CH, IND, PS:2 – Rui Alves Rios e Valdemar Silva) e 15 abstenções (PS:14, CDU), aprovar o Plano de Promoção de Acessibilidade (PPA) de Santa Maria da Feira – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

**21 – Proposta de Constituição de Júri para concursos de cargos de dirigentes** -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 12 de setembro de 2022 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 34 votos a favor, 1 voto contra, 15 abstenções, 1 voto em branco e 1 voto nulo, aprovar a proposta de constituição dos seguintes júris para o recrutamento dos cargos de dirigentes, das seguintes unidades orgânicas: -

1 - Divisão de Bibliotecas:-----

- Presidente: Vereador Gil Ferreira; -----

- 1.º Vogal: Dra. Etelvina Araújo; -----

- 2.º Vogal: Dr. Pedro Fernandes.-----

2 - Divisão de Rede Viária e Trânsito:-----

- Presidente: Eng.º Francisco Mota; -----

- 1.º Vogal: Eng.º Álvaro Mota; -----

- 2.º Vogal: Arquiteto Pedro Santos.-----

**22 – Medidas de resposta à emergência social provocada pela Inflação (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento)**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe,



agendado nos termos da disposição regimental em epígrafe e no seguimento da solicitação remetida à Mesa subscrita pelo membro Tiago Paiva, do Bloco de Esquerda (registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 17.159, em 19 de setembro de 2022), fazendo ainda alusão à recomendação que o mesmo fez chegar à Mesa para discussão – documentos oportunamente disponibilizados aos membros desta Assembleia Municipal. De seguida, passou a palavra ao membro Eduardo Couto para que fizesse a apresentação da mesma. -----

-----  
Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que apresentou e explanou a recomendação em referência, cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----  
“Nos últimos meses, o debate público tem sido marcado pelo tema da inflação. A subida acentuada do nível geral de preços, que começou com a pandemia, mas agravou-se com o aumento dos lucros extraordinários dos grandes conglomerados económicos, está a desestabilizar a maior parte das economias e tem impactos diretos nas nossas carteiras. Quando se esperava uma resposta coordenada, séria e efetiva por parte do governo de maioria absoluta do PS, o que vimos foi uma mão cheia de nada apresentada com pompa e circunstância. São medidas que não chegam para compensar 10% da perda de rendimentos das famílias e que hipotecam os aumentos futuros que os pensionistas possam vir a auferir. Neste panorama o papel dos Municípios torna-se ainda mais preponderante na resposta à crise inflacionária. Acresce que em Santa Maria da Feira o salário mediano é mais baixo do que a mediana de Portugal Continental, o que faz com que a inflação seja especialmente penalizadora para as famílias feirenses. Urge agir e apresentam-se três propostas abaixo, para dar uma resposta à crise inflacionária. -----

I – PELA GRATUIDADE DOS TRANSPORTES PÚBLICOS-----

O transporte público deve ser a espinha dorsal da mobilidade no município de Santa Maria da Feira. É através de uma rede ampla e eficiente de



transportes públicos que é possível garantir o direito à mobilidade das e dos cidadãos. Essa rede de transportes públicos deve estar articulada, garantindo a adequação e a integração dos meios mais pesados, como os comboios, com os mais leves, como os autocarros ou os elétricos. Um sistema de transportes públicos deve ser fiável e confortável, ter uma rede ampla e horários abrangentes. Só estas condições, aliadas a um tarifário acessível, permitem que os transportes públicos sejam alternativa ao automóvel individual. -----

Acresce que o transporte individual é o principal fator de promoção do aumento das emissões de Gases de Efeito de Estufa, em particular o CO2. Para melhorar a qualidade do ar, o relatório de 2020 da Agência Europeia do Ambiente preconiza: a promoção do uso de transportes públicos, nomeadamente de emissões reduzidas como instrumento central para a redução das emissões de Gases de Efeito de Estufa. -----

Desde a implementação do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária) e do PROTransP (Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público), muitos municípios têm vindo a encetar um caminho de criação de redes de transporte públicas, bem como de redução muito significativa do preço dos passes ou até a sua gratuitidade em alguns segmentos da população. Este é um caminho que, aliás, cada vez mais cidades, um pouco por toda a Europa, estão a seguir, considerando os benefícios ambientais, sociais e de saúde, estando interligado com o reforço constante em redes de transportes públicos adequadas à realidade de cada município. -----

Num momento de inflação que provoca a subida do preço de bens essenciais ou dos combustíveis, enquanto os salários não têm a atualização correspondente, é fundamental que a gratuitidade dos transportes públicos possa ser uma realidade no nosso município. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 23 de setembro de 2022, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I





da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera recomendar à Câmara Municipal que: -----

1 - Junto das entidades competentes, pugne pela gratuitidade progressiva do passe de transporte;-----

2 - O caminho da gratuitidade deve iniciar-se com as pessoas desempregadas, jovens até aos 23 anos (inclusive), seniores com 65 anos ou mais e as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. -----

II - ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA, SANEAMENTO E DE RESÍDUOS -----

A situação de carência económica de muitas famílias foi fortemente agravada pela crise inflacionária, o que faz com que muitas delas tenham dificuldades em cumprir o pagamento das despesas fixas, nomeadamente a fatura da água. A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo. -----

A aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido. -----

Está disponível, através da Direção Geral da Administração Local, a adesão do Município ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia. -----

A adesão a esta automatização da tarifa foi já aprovada em diversos concelhos e muito recentemente num concelho vizinho: Espinho, tendo contado com a aprovação unânime de todas as forças políticas presentes



naquela Assembleia, realçando assim a importância e pertinência do assunto. -----

A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR) já em 2018, em Recomendação aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente: i) serem beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou ii) pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não afigure qualquer rendimento, até ao máximo de 10”. -----

Nota ainda a ERSAR que, uma vez que o regime de tarifa social aprovado em 2017 apenas incide sobre o serviço de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, e “sendo também a gestão de resíduos urbanos um serviço público essencial, a ERSAR considera que dever-se-ão aplicar as mesmas regras em matéria de tarifa social, em particular no que respeita ao universo de utilizadores elegíveis. -----

O Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento. Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT). -----



A automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar 9747 agregados familiares de acordo com dados de julho de 2018 referentes à aplicação da Tarifa Social da Energia. Em tempos de inflação, com os salários a não terem atualizações, deve-se ajudar a desburocratizar o processo que garante a justa equidade na distribuição e consumo do bem essencial que é a água. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 23 de setembro de 2022, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:-----

Propor à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira que delibere tornar a atribuição da Tarifa Social da Água, Saneamento e de Resíduos automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017.---

III - CRIA O PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL ÀS FAMÍLIAS E EMPRESAS AFETADAS PELO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA -----

A subida da inflação está a afetar quem vive e trabalha em Santa Maria da Feira, com aumento do custo de vida e deterioração dos salários, ainda no seguimento dos efeitos da crise sanitária e social da COVID-19. Os bens de primeira necessidade, como o gás, a eletricidade, os alimentos e as rendas estão muito mais onerosos do que no início do ano. -----

As IPSS, as associações culturais e desportivas também estão a ser afetadas por este aumento dos custos. Os pequenos comerciantes, nomeadamente aqueles que ocupam os espaços municipais, têm visto os seus custos aumentar. As famílias mais vulneráveis, nomeadamente as que vivem nas habitações geridas pelo município estão ainda mais vulneráveis à pobreza. -----

Em Santa Maria da Feira, o preço mediano das habitações por m<sup>2</sup> subiu 17% no primeiro trimestre de 2022 face ao período homólogo do ano anterior. O Instituto Nacional de Estatística indica que o preço médio da avaliação bancária no nosso município em julho de 2022 era já de 1032



€/m<sup>2</sup>.-----  
A Autoridade Tributária indica que as receitas do IMT cresceram 35% em 2021, tendo sido transferidos mais 38,5% de receita para os municípios, esperando-se uma subida acentuada desta receita para 2022. Da mesma forma a Autoridade Tributária informa que a coleta de IMI em 2022 será superior do que a realizada em 2021.-----

É da responsabilidade do município garantir a manutenção das condições de vida de quem vive em Santa Maria da Feira, nomeadamente das pessoas mais vulneráveis, como as famílias com menos recursos, as pessoas idosas e os jovens. O município tem também a responsabilidade de apoiar as forças vivas do concelho, nomeadamente a cultura, os movimentos associativos e os pequenos comerciantes.-----

As receitas extraordinárias do IMT e do IMI a que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira terá acesso, resultado do aumento dos preços das casas, devem ser usadas para políticas públicas de apoio à habitação para as famílias vulneráveis e da classe média.-----

Assim, ao abrigo do disposto nas alíneas c), k) e m) do artigo 23.º e alíneas ee) e rr) do n.º 1 do artigo 33º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propomos que a Câmara Municipal delibere:-----

1. Congelamento das rendas residenciais da Câmara Municipal até 31 de dezembro de 2023;-----
2. Congelamento das rendas dos espaços comerciais da Câmara Municipal até 31 de dezembro de 2023;-----
3. Isenção de 50% das taxas, no segundo semestre de 2022, referente a mercados (lugares e lojas) e atividades económicas não sedentárias (feiras, venda ambulante e prestação de serviços) sob gestão da Câmara Municipal;-----
4. Isenção de 50% das taxas, no segundo semestre de 2022, referente a bancas e quiosques sob gestão da Câmara Municipal;-----



5. Isenção de 50% das taxas, no segundo semestre de 2022, referente a Ocupação da Via Pública;-----
6. Reforço dos apoios para as famílias;-----
7. Apoio extraordinário às entidades culturais;-----
8. Manutenção do preçário dos espaços culturais geridos pelo município até final de 2023;-----
9. Garantia do uso das receitas extraordinárias do IMT e IMI para o apoio imediato às famílias.”-----

-----

Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que disse que a proposta em apreço faz lembrar a ilusória medida do Governo de dar 125 euros a cada cidadão, os quais acabam por ser pagos pelos impostos do próprio cidadão. Referiu que tal medida mais não é do que um penso rápido para estancar uma hemorragia, acrescentando que se estava a falar de cuidados paliativos quando se deveria falar de soluções justas e reais para os problemas da população. Disse que o aumento do custo de vida que se reflete no dia a dia dos portugueses só se combate com o aumento geral dos salários, com o aumento das reformas e com o aumento das pensões numa percentagem que assegure a valorização do poder de compra, assim como com a regulação e fixação máxima do preço de bens essenciais, designadamente da energia, combustíveis e bens alimentares.-----

-----

Interveio o membro **Rui Ribeiro** (PSD) que começou por dizer que, para perceber o presente, é preciso conhecer o passado, realçando que para se perceber a realidade económica atual é preciso recuar ao ano de 2015, à altura da geringonça, salientando que foi a geringonça que fez o País chegar ao estado em que se encontra.-----

Referiu que o Bloco fala em taxar os lucros excessivos para fazer face às dificuldades sociais, salientando a esse respeito que, apesar de ser formado em Economia, não sabe o que isso é. Disse que se fala em taxar essas

---



entidades, principalmente as do ramo energético, dando nota que essas já fazem a contribuição social que foi imposta pela troika, que seria uma contribuição especial naquela altura, mas que ainda permanece por força do atual Governo. Referiu que essas entidades pagam mais de 45% de IRC e são precisamente essas que estão a apostar em energias alternativas e limpas, pelo que não vê que seja por aí a solução. -----

Em relação à questão da água disse que, em agosto último, quando se falou da seca a nível nacional, o Ministro Duarte Cordeiro, do governo do Partido Socialista, disse que a solução para a seca era subir o preço da água, que não era fazer a gestão dos recursos. Disse até concordar com ele nessa parte porque grande parte dos municípios perdem dinheiro com a água, mas que entende que a solução tem de ser a montante e não atirando uns milhões de euros para cima do problema, como habitualmente faz, ou diz que faz, o Partido Socialista. -----

Referiu que, por outro lado, deveria haver uma margem enorme para o Governo ajudar os cidadãos, recordando que foi anunciado 2,2 mil milhões de euros de ajudas às famílias, mas que as receitas extraordinárias por força do aumento dos impostos e da inflação são de 6,4 mil milhões de euros. Salientou que muitos perguntarão para onde vai a diferença, mas que pode indicar que vai para pagar os devaneios do Partido Socialista de 2015 até 2022, apoiado pela Esquerda, que vai para os apoios e para o aumento de salários insustentáveis. -----

Disse que, na altura, o PSD avisou que tais medidas não eram sustentáveis para a estabilidade da economia, mas que, apesar de tudo, foram tomadas, o que resultou no maior corte anunciado, já para 2023, aos funcionários públicos, de 8% no mínimo, assim como ter uma carga fiscal como nunca antes vista. -----

Referiu que o Primeiro-Ministro, António Costa, tem sorte e, com a permissão do povo, vai andando, apesar de irem “morrendo umas rainhas” e de não haver soluções, realçando que isto lhe faz lembrar uma frase de



Miguel Torga, quando o mesmo disse “Que povo este! Fazem-lhe tudo, tiram-lhe tudo, negam-lhe tudo, e continua a ajoelhar-se quando passa a procissão.” Concluindo a sua intervenção, o membro Rui Ribeiro realçou que esta frase retrata, infelizmente, o que tem acontecido no País. -----

Interveio o membro **Marco Gonçalves** (PS) que disse ter ficado algo desiludido com a intervenção feita pelo membro Rui Ribeiro porque o mesmo veio falar de questões nacionais em vez de falar de situações do Concelho, acrescentando que pensava que o mesmo ia aprofundar um pouco mais as medidas que constam da proposta em apreço. -----

Quanto à proposta, disse que os males da humanidade não se originam todos da geringonça ou dos governos antecessores, salientando que a situação atual advém de uma pandemia e de uma guerra que ninguém controla, acrescentando que ninguém consegue saber o que vai acontecer. Referiu que, assim sendo, é importante ter conta, peso e medida em todas as questões para que todos os feirenses, de qualquer nacionalidade, etnia e religião, possam ter as condições de vida dignas que todos desejam. -----

Em relação à parte da proposta sobre a gratuitidade dos transportes públicos disse considerar que a questão basilar, e que nunca está resolvida, é a falta da própria rede de transportes, dizendo que mora na freguesia de Fornos e, se quiser ir a Canedo, é-lhe impossível fazê-lo através de transporte público. Disse que há crianças que não têm possibilidades de ir para a escola com o passe escolar, fazendo notar que o proposto pelo Bloco não é uma medida que propriamente proteja todos os feirenses, pois só protege alguns, designadamente aqueles que têm a felicidade de morar numa zona em que passa um autocarro. -----

Sobre a questão da água disse não se poder esquecer que a proposta para a aplicação automática da tarifa social da água é sempre apresentada nas sessões desta Assembleia, mas que é sempre chumbada pelo PSD. Referiu que há demasiada burocracia para se conseguir obter a tarifa social da



água e, assim, o grupo municipal do PS entende que, acima de tudo, se deve ultrapassar a burocracia existente e não propriamente falar, apenas porque sim, da tarifa social. -----

Sobre o último ponto da proposta disse que ouviu o Sr. Presidente da Câmara a mencionar, nesta sessão, que a Câmara vai pagar 3 euros por refeição escolar, dizendo acreditar que valor similar irá ser pago às IPSS pelas refeições para os idosos, e, assim sendo, quer transmitir o seu contentamento porque tal reflete uma subida razoável face às necessidades tidas pelas IPSS. Referiu que ninguém sabe prever o que vai acontecer daqui a meio ano, mas que, aos preços atuais, o valor de 3 euros será um preço cómodo, comentando que não vai ser por isso que as IPSS vão ter folga orçamental, mas que será uma ajuda, pois tais instituições estão a passar por dificuldades. -----

Disse achar que o Executivo tem de estar atento à situação das IPSS, bem como das associações culturais, recreativas e desportivas, comentando que, muitas vezes, as mesmas querem ir ao exterior para representar a sua coletividade ou participar num torneio, e têm de pensar muito bem nisso pois os próprios custos de transporte começam a pesar no orçamento, podendo causar dificuldades. -----

Concluindo a sua intervenção, disse ser verdade que o papel principal é dos municípios, e não do Governo Central, e, apesar de compreender e aceitar a intenção do BE, o grupo municipal do PS não pode subscrever na íntegra as propostas apresentadas. -----

-----  
Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“O facto de a Iniciativa Liberal ter sido eleita para esta Assembleia, também é uma forma de demonstrar que há cidadãos em Santa Maria da Feira que se reveem com visões de política pública e de política económica diferentes. E são estes momentos, também, que nos permitem sinalizar essas

---





diferenças, respeitando, obviamente, pontos de vista diferentes. E sobre a proposta que trouxe o Bloco de Esquerda, respeitando a sua visão para a economia do país e para este assunto que é preocupante para todos, que é o crescimento da pobreza em Portugal, temos, no entanto, uma visão diferente. E é essa que quero aqui sinalizar, não dizendo que temos mais razão do que os outros, mas temos uma perspetiva diferente e é essa que queria aqui trazer.-----

Acreditamos que, na perspetiva de uma leitura daquilo que é o funcionamento da economia, não é aquilo que o Bloco de Esquerda refere que gera inflação, ou seja, não é o lucro das empresas que gera inflação. O que gera inflação é o aumento da massa monetária na economia, é isso que está cientificamente demonstrado que é o que forma a inflação, num contexto particular como este, em que os preços vão subindo também por pressão externa.-----

E a pergunta é, perante este cenário, como é que abordamos o tema da pobreza? Nós acreditamos que a única forma de um país abordar o tema da pobreza e tentar lutar contra ela é fazer crescer a riqueza, é poder encontrar formas para que essa riqueza seja o mais possível partilhada pela sociedade, garantindo o acesso a serviços fundamentais, à saúde, à educação, a condições dignas de vida, mas pela via do crescimento da economia e não pela via de uma permanente ideia de que há fundos infinitos que nós vamos sempre conseguir distribuir, que se formam o bem-estar dos países.-----

E aquilo que tem acontecido em Portugal não é isso, e o Bloco de Esquerda tem alguma responsabilidade naquilo que se passou nos últimos anos também porque, durante muito tempo, foi muleta do Governo do PS.-----

Portugal, hoje, em 2022, é o terceiro país da Europa com maior dívida pública, somente atrás da Itália e da Grécia, é um dos 6 países da Europa com menor produtividade, ou seja, gera menos riqueza por hora de trabalho. Isso prejudica as pessoas. É um país que foi ultrapassado no PIB



per capita por Malta, República Checa, Eslovénia, Lituânia, Estónia, Polónia, Hungria e por todos aqueles que entraram, entretanto, para a União Europeia. Desceu de 15.º para 22.º lugar na lista dos mais ricos da Europa nos últimos anos, está já a ser aproximado pela Eslováquia, Letónia e Roménia, tem 24% dos jovens desempregados, uma das taxas mais elevadas da Europa. -----

Foi isto que tivemos, numa altura de crescimento económico à escala internacional, de baixa inflação, de taxas de juro muito baixas. -----

E hoje temos, em Portugal, o seguinte cenário, e reconhecemos que este diagnóstico está correto. Temos 1 milhão de famílias que precisam de ajuda para se alimentar, somos um dos 3 países com maiores níveis de depressão da sociedade, estamos nos 10 países com maior carga fiscal sobre o trabalho e temos crescentes filas de espera no Serviço Nacional de Saúde. Quando a economia podia ter crescido, andamos a brincar às reversões, a ver quem é que era mais radical de Esquerda, não se aproveitou para reduzir impostos, para corrigir a nossa dívida pública e, quando os problemas começaram a surgir, a primeira preocupação foi saber quanto dinheiro tínhamos para meter na TAP. Foi essa a opção política que se teve e é isso que estamos a pagar também hoje. -----

Portanto, só para terminar, aquilo que acreditamos é que, nesta fase da nossa vida coletiva, numa economia que se quer renovada e ao serviço das pessoas, não é pelo aumento da despesa que se resolve a inflação. Nunca foi assim, não é aumentando a despesa pública que se resolve a inflação. Nunca foi, não há nada na economia, não há nenhuma linha de nenhum livro de Economia que diga isso. É nesta altura que o Estado tem que conter, também, a forma como intervém na sociedade, não aquecendo a economia, sendo controlado na forma como explora os recursos do país. É nesta altura que devemos estar atentos à redução da dívida pública porque, quanto mais dívida, mais juros vamos pagar por ela, e, portanto, vai-nos cair a todos, também, no nosso orçamento familiar. -----



É nesta altura que a redução fiscal faz sentido, é nesta altura que devemos preocupar-nos, neste caso em concreto, com a forma como produzimos e diversificamos as nossas fontes de energia, é um assunto central, mas, também, como atendemos o setor primário uma vez que os preços da alimentação estão a subir muito, também pela via da importação.-----  
E, portanto, é este o nosso ponto de vista, é isto que nos diferencia, e nós acreditamos que estamos do lado certo da história, como a história tem provado.” – Fim de citação. -----

-----  
Usou novamente da palavra o membro **Eduardo Couto** (BE) que começou por felicitar os partidos que, não concordando com o Bloco, sabem manter o nível do debate, em detrimento dos outros que não têm espírito democrático neste tipo de questões.-----

Referiu que a primeira nota que queria dar era para dizer que o PSD demonstrou que nem leu a proposta do BE ao ponto de falar da morte da rainha, quando está em causa o debate de uma proposta que contempla medidas estruturais para combater a crise social que existe no Concelho. --  
Disse que a segunda nota era para dizer que algo de caricato está a acontecer porque, depois de ouvir o PSD de Santa Maria da Feira e suspeitando da opinião do Sr. Presidente da Câmara, que foi eleito pelo PSD em Santa Maria da Feira, seria interessante ouvir o líder da Distrital de Aveiro do PSD a comentar, sobre esta matéria, o sentido de voto que o PSD teve em Espinho, onde concordou com esta proposta respeitante à tarifa social da água e à gratuidade dos transportes públicos. Salientou que esta situação lhe leva a crer que, dentro do PSD, existem 50 tons de laranja, comentando que, em Santa Maria da Feira, as laranjas são mais amargas, e, à beira mar plantadas, têm um sabor mais doce. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Eduardo Couto disse para as pessoas não se preocuparem em relação ao sabor das laranjas, porque só come a laranja amarga quem quer. -----



Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por sublinhar que está presente nesta sessão da Assembleia na qualidade de Presidente da Câmara. Referiu que também faz parte desanuviar um pouco o ambiente da Assembleia, dizendo, neste âmbito, querer apenas recordar a história da rã e do boi, em que a rã passou pelo boi e queria ser boi, e começou a inchar, a inchar, a pensar que ia chegar ao tamanho do boi, e rebentou.-----

De seguida, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto a favor (BE) da recomendação, 33 votos contra (PSD:30, CDS-PP, IL, CH) e 18 abstenções (PS:16, CDU, IND), reprovando a recomendação em referência – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.---

#### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não houve inscrições para intervir neste Período. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar, às 00 horas e 40 minutos do dia 24 de setembro de 2022, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

Presidente,

1.ª Secretária,

2.º Secretário,